

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Eloivane Brecher Pereira

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
DA ATUAÇÃO**

Santa Maria, RS
2019

Eloivane Brecher Pereira

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA
ATUAÇÃO**

Trabalho de conclusão apresentado ao
Curso de Serviço Social, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção de
título de **Bacharela em Serviço Social**.

Orientadora: Pra. Dra Eliana Mourgues Cogoy

Santa Maria, RS
2019

Eloivane Brecher Pereira

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA
ATUAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Graduação em
Serviço Social, da Universidade Federal
de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para a obtenção de título
de **Bacharela em Serviço Social**.

Aprovado em dezembro de 2019

Eliana Mourgues Cogoy, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Fabio Jardel Gaviraghi, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

RESUMO

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO

AUTORA: Eloivane Brecher Pereira
ORIENTADORA: Eliana Mourgues Cogoy

O trabalho de conclusão de curso que aqui se apresenta, é uma continuidade das reflexões criadas no processo de estágio curricular obrigatório. Tais reflexões dizem respeito à atuação do/a assistente social na educação, mais especificadamente, em relação aos desafios encontrados nos seus processos de trabalho, o uso dos instrumentais técnico-operativos e, para, além disso, tem como objetivo, analisar, por meio do levantamento de dados, o perfil socioeconômico dos estudantes bolsistas do Colégio Nossa Senhora de Fátima, campo de realização do estágio curricular obrigatório, e da Escola Nossa Senhora do Cenáculo. A discussão que aqui se apresenta busca abordar conceitos centrados na origem do Serviço Social como profissão no país, fazendo-se necessário realizar a apresentação das expressões da questão social como objeto de trabalho do assistente social. Para tanto, usa concepções de autores da área do Serviço Social, que tratam de discussões pertinentes a este assunto, na forma de artigos e textos. Também, apresentam-se aqui, interpretações sobre a origem da educação e da atuação do Serviço social, explanado seus desafios e possibilidades como profissional da educação. O trabalho promove um aprofundamento da discussão teórica, a respeito da dimensão interventiva da profissão, destacando suas singularidades, na forma de atuar frente ao conjunto formado pela família, instituição, estudante e Serviço Social. Com isso, o trabalho propõe uma problematização em volta das duas instituições citadas anteriormente, na qual, identifica, através do levantamento de dados obtido por meio das fichas socioeconômicas dos estudantes bolsistas, que, o perfil dos mesmos, é paralelamente igual.

Palavras-chave: Serviço Social, Educação, Atuação, Perfil socioeconômico.

ABSTRACT

SOCIAL SERVICE IN EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF THE PERFORMANCE

AUTHOR: Eloivane Brecher Pereira

ADVISOR: Eliana Mourgues Cogoy

The final paper presented here is a continuity of the reflections created in the process of the mandatory curricular internship. These reflections are concerned to the performance of the social assistant at education, more specifically, in relation to the challenges found in the work processes, the use of technical-operative instruments and, besides, this paper aims to analyse, using data collection, the socio-economic profile of scholarship students of Nossa Senhora de Fátima School, the field of developing of the mandatory curricular internship, and of Nossa Senhora do Cenáculo School. The discussion of this paper seeks to approach concepts focused on the origin of Social Service as a profession in this country, making it necessary to present expressions of social issue as the subject of the work of the social assistant. For this purpose, the paper adopts conceptions of authors of Social Service field, which approach relevant discussions for this issue, through papers and texts. Moreover, interpretations on the origin of education and performance of Social Service are presented here, pointing out its challenges and possibilities as an educational professional. This paper also promotes a further understanding of theoretical discussion in terms of the interventional dimension of the profession, highlighting its singularities, in order to perform at the head at the set built by family, institution and the Social Service student. Therefore, for the foregoing, this paper proposes a problematization in relation to the two institutions mentioned before, in which, it identifies, through data collection obtained by means of the socio-economic reports of the scholarship students, that the profile of them is basically equal.

Keywords: Social Service, Education, Performance, Socio-economic Profile.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Tipo de família - Colégio Nossa Senhora de Fátima:	60
Gráfico 02 - Tipo de família - Escola Nossa Senhora do Cenáculo.....	61
Gráfico 03 – Bolsa de estudo - Colégio Nossa Senhora de Fátima	62
Gráfico 04 - Bolsa de estudo - Escola Nossa Senhora do Cenáculo	63
Gráfico 05 – Escolaridade do Pai - Colégio Nossa Senhora de Fátima	63
Gráfico 06 – Escolaridade do Pai – Escola Nossa Senhora do Cenáculo.....	64
Gráfico 07- Escolaridade da Mãe- Colégio Nossa Senhora de Fátima	65
Gráfico 08- Escolaridade da Mãe- Escola Nossa Senhora do Cenáculo	66
Gráfico 09- Renda do Responsável 01- Colégio Nossa Senhora de Fátima.....	67
Gráfico 10- Renda do Responsável 01- Escola Nossa Senhora do Cenáculo	68
Gráfico 11- Renda do Responsável 02- Colégio Nossa Senhora de Fátima.....	69
Gráfico 12- Renda do Responsável 02- - Escola Nossa Senhora do Cenáculo.....	69
Gráfico 13- Fonte de Renda do Responsável 01- Colégio Nossa Senhora de Fátima	70
Gráfico 14- Fonte de Renda do Responsável 01- Escola Nossa Senhora do Cenáculo	71
Gráfico 15- Fonte de Renda do Responsável 02- Colégio Nossa Senhora de Fátima	72
Gráfico 16- Fonte de Renda do Responsável 02- Escola Nossa Senhora do Cenáculo	73
Gráfico 17- Número de membros- Colégio Nossa Senhora de Fátima	74
Gráfico 18- Número de membros- Escola Nossa Senhora do Cenáculo	74
Gráfico 19- Moradia- Colégio Nossa Senhora de Fátima.....	75
Gráfico 20- Moradia- Escola Nossa Senhora do Cenáculo	76
Gráfico 21- Separados, com ou sem pensão- Colégio Nossa Senhora de Fátima ...	76
Gráfico 22- Separados, com ou sem pensão- Escola Nossa Senhora do Cenáculo.	77
Gráfico 23- Doença Crônica- Colégio Nossa Senhora de Fátima	77
Gráfico 24- Doença Crônica- Escola Nossa Senhora do Cenáculo	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
2. SERVIÇO SOCIAL, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES NA ATUALIDADE.	10
2.1. Serviço Social e as expressões da questão social.....	10
2.2. Cenário atual, perspectivas, possibilidades e os desafios da profissão.....	16
3. SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.	22
3.1. Breve contexto histórico da Educação e definição do espaço ocupacional do Assistente Social.....	22
3.2. Atuação do profissional em Serviço Social na área educacional.	29
4. A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO REALIZADO NO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	46
4.1. A caracterização das escolas Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora do Cenáculo.....	46
4.1.1. A caracterização da escola Nossa Senhora de Fátima.....	47
4.1.2. A caracterização da Escola Nossa Senhora do Cenáculo	49
4.2. Uso dos Instrumentais Técnico-Operativos.....	51
4.3. Perfil Socioeconômico dos alunos bolsistas do Colégio Nossa Senhora de Fátima e da Escola Nossa Senhora do Cenáculo.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM tem como foco principal relatar a experiência de estágio realizada no Colégio Nossa Senhora de Fátima, no período que compreende o estágio I e II nos anos de 2018 e 2019, visando, através do levantamento de dados, traçar o perfil socioeconômico dos estudantes bolsistas do Colégio Nossa Senhora de Fátima e Escola Nossa Senhora do Cenáculo.

O levantamento de dados dos estudantes bolsistas das instituições citadas anteriormente é a base deste trabalho e é importante neste contexto porque desmistifica a ideia de que as duas instituições escolares seriam extremamente diferentes na questão socioeconômica de seus estudantes bolsistas.

Além disso, o levantamento dos dados contribui com a instituição, visto que, até então, não havia qualquer informação que apresentasse as definições que este levantamento promoveu sobre os estudantes bolsistas do ano de 2019.

Outra motivação para a realização deste levantamento é para demonstrar a capacidade que o profissional em Serviço Social tem, ao se inserir na área educacional, desenvolvendo seu trabalho no âmbito intrafamiliar, estudantil e institucional, promovendo a emancipação e garantia de direitos de seus usuários junto às políticas sociais, bem como, na realização de levantamento de dados e informações.

Este trabalho está estruturado em 04 capítulos. O primeiro, consiste nesta introdução, a qual apresenta as motivações para a realização deste trabalho. No segundo capítulo, a partir da leitura de alguns teóricos sobre o tema, abordaremos os aspectos históricos e conceituais sobre o Serviço Social, como emergiu e, além disso, foi elaborada uma reflexão acerca das expressões da questão social, como sendo objeto de trabalho do Assistente social. Também buscará refletir, os desafios que o Serviço Social enfrenta nos seus processos de trabalhos e também, todo o percurso tido desde sua criação e atuação na época em que a ideia conservadora era a marca da profissão até, as mudanças ocorridas e avanços pós movimento de reconceituação, onde a

marca conservadora foi substituída por um viés de análise crítico da realidade social dos indivíduos. Buscando assim, um melhor desempenho no agir profissional atendendo as demandas da questão social.

O terceiro capítulo congrega uma reflexão a cerca da educação, iniciaremos com uma abordagem histórica de como a educação se originou e como se transformou em política social, onde o Assistente Social encontra espaço para desenvolver seus processos de trabalho. Para tanto, terá a finalidade de expressar as demandas encontradas pelo profissional nesta área e como, poderá contribuir enquanto profissional da educação.

No quarto capítulo o nosso estudo será voltado para o contexto da experiência de estágio realizado no Colégio Nossa Senhora de Fátima, durante os estágios I e II, nos anos de 2018 e 2019. Em um primeiro momento caracterizaremos o Colégio Nossa Senhora de Fátima, local de realização do estágio e logo após, caracterizaremos a Escola Nossa Senhora do Cenáculo, localizada em Porto Alegre e integrante da Congregação do Apostolado, formado pelas duas instituições.

Com o objetivo de fundamentar o trabalho realizado na instituição durante o estágio, abordaremos as três dimensões que norteiam a intervenção do Assistente Social, sendo elas, Teórico-metodológica, Ético-política e, em especial a Técnico-operativa, explanando os instrumentais mais utilizados durante o estágio, como por exemplo, entrevista, visita domiciliar, observação, elaboração dos relatórios e pareceres.

Por fim, será apresentado, como resultado e parte fundamentadora deste trabalho, o levantamento de dados que demonstra o perfil sócio econômico dos estudantes bolsistas das duas instituições. Onde, traremos ao conhecimento de todos, o tipo de família, situação da moradia, renda dos responsáveis, tipo de renda dos responsáveis, ocorrência de doença crônica no grupo familiar, entre outros.

Como parte constituinte final deste trabalho teremos as considerações finais, onde apresentaremos quais as contribuições que este trabalho trouxe, os seus resultados e limites e, em seguida as referências bibliográficas que nortearam o trabalho.

2. SERVIÇO SOCIAL, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES NA ATUALIDADE.

O referido capítulo congrega uma reflexão em torno do Serviço Social, sua origem e suas incidências na questão social. Busca, no cenário atual, sintonizar o Serviço Social com os novos tempos, e, além disso, delimitar as possibilidades e os desafios que o Assistente Social enfrenta nos seus processos de trabalho.

2.1. Serviço Social e as expressões da questão social.

O Serviço Social teve suas origens atreladas a Igreja Católica e visava preparar a grande massa operária para o capitalismo industrial. Esta época é marcada pelo forte poder de dominação da classe burguesa, acentuando a marca conservadora deste período.

No Brasil, o Serviço Social emergiu por volta de 1930, nasce em resposta a crescente evolução do capitalismo, sob influência européia. Esse período é marcado por um processo primário de industrialização e exportação.

O governo brasileiro sofre pressões da classe trabalhadora, que, até então, era controlada e disciplinada. De acordo com Netto (1992, p. 58):

É esse proletariado em rápido processo de organização e político-partidária que protagoniza o cenário da sociedade burguesa entre a Comuna de Paris e a primeira Guerra Mundial.

Em meio a estas pressões populares, e questionamentos da sociedade da época, Getúlio Vargas (1935) assume o governo e, por intermédio do crescimento urbano e industrial faz emergir a questão social.

É o protagonismo proletário, assim que, na configuração da idade do monopólio, põe a resolução da “questão social” como variável das lutas direcionadas a ultrapassagem da sociedade burguesa.” (NETTO, 1992, p. 59).

O Serviço Social surge, neste contexto, atrelado a correntes conservadoras. O trabalho desenvolvido era baseado inicialmente com a ideia de ação social. Sendo assim, essa parcela da população se dedicou a analisar o crescimento da pobreza e da miséria, tendo como cenário o desenvolvimento

do modo de produção capitalista que fez com que as expressões da questão social se acentuassem, colocando alguns indivíduos em condições de pobreza.

Segundo Martinelli (2010, p.54):

O capitalismo se fez de tal processo de expansão uma das páginas mais violentas na história da relação capital-trabalho. Instaurando-se como uma forma peculiar de sociedade de classes fundada sob a compra e venda da força de trabalho, revelou desde logo sua força opressora em relação ao proletariado.

O conceito de questão social está vinculado ao sistema capitalista de produção, ou seja, a forma como a riqueza em uma sociedade é produzida e dividida, os trabalhadores a produzem e os capitalistas se apropriam dela. Assim, o capitalismo dá origem a muitas desigualdades sociais, levando em conta que o trabalhador não usufrui o que produz, resultando na área da atuação e intervenção do Serviço Social.

A Questão Social sendo objeto de trabalho do Assistente Social é um conjunto de expressões que definem as desigualdades da sociedade. Está diretamente ligada a contradição capital x trabalho. De acordo com Yamamoto (2005, p. 27):

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

O contexto em que o Serviço Social como profissão, se originou, visto como, uma criação típica do capitalismo, Martinelli (2010, p.66) afirma que:

A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes- alienação, contradição, antagonismo, pois foi neste vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido.

Sabemos que, o contexto em que o Serviço Social surgiu possui o viés conservador, com suas origens na igreja católica, visando engendrar a grande massa de trabalhadores/operários para o capitalismo industrial. Nada mais era

do que, preparar essa parcela da população, vulnerável e desprovida de bens para o sistema político, econômico e social da época.

Segundo Pereira (2008, p. 27):

O modo de produção capitalista, atravessado pela lógica da acumulação, só pode desenvolver-se por meio da extração crescente de mais-valia da classe trabalhadora e da realização deste mais valor na esfera da reprodução, isto é, na distribuição e no consumo das mercadorias.

Nesta sociedade, a mercadoria atravessa todas as relações sociais. Ou seja, na percepção dos produtores e consumidores as coisas aparecem como mercadorias em si, tão pouco importando o modo e maneira em que foram produzidos, evaporando-se, para tanto, as relações sociais.

Martinelli (2010, p. 54) afirma que, “com o capitalismo se institui a sociedade de classes e se plasma um novo modo de relações sociais, mediatizadas pela posse privada de bens”. O capitalismo gera o mundo da cisão, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa.

Segundo lamamoto (2005, p. 26), é possível afirmar que:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social, e buscam nesta face, organizar e traçar estratégias de enfrentamento e resistência frente as mais variadas formas e expressões que os indivíduos experimentam no seu dia a dia, podendo ser, no trabalho, na saúde pública, ou no caso deste projeto, no ambiente escolar.

Para lamamoto (2005) é um profissional cujo objeto de trabalho são as múltiplas expressões da questão social. Tem na sua profissão um caráter crítico e interventivo que serve como alicerce para análise e intervenção nas diversas ocorrências da questão social, sendo um conjunto de desigualdades resultantes do confronto entre a produção e a apropriação feita pela sociedade sobre os bens produzidos.

Sobre questão social lamamoto (2005, p.28) diz que:

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes

sociais, situados neste terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

Tendo a identificação da questão social como desafio, lamamoto (2005, p.56) diz que:

Emerge daí um duplo desafio: entender a gênese da questão social e as situações particulares e fenômenos singulares com os quais o Assistente Social se defronta no mercado de trabalho, como, por exemplo, a criança e o adolescente, a terceira idade, a questão da propriedade da terra, a saúde etc., o que supõe pesquisas para o acompanhamento da dinâmica dos processos sociais que envolvem essas realidades.

Salienta-se a necessidade de pesquisar e conhecer a realidade em que se deseja atuar, isto é, conhecer o próprio objeto de trabalho. Para que o processo de mudança seja impulsionado e tenha resultado eficaz, a partir de uma ação interventiva transformadora, no que tange a realidade social dos indivíduos.

Faz-se necessário, nessa perspectiva, que o/a Assistente Social, durante o seu processo de aprendizagem e formação, disponha de um conjunto de conhecimentos e habilidades, sendo propositivo e detendo os meios necessários para a efetivação de seu trabalho.

Para lamamoto (2005, p.145) um perfil profissional propositivo, requer:

[...] um profissional de novo tipo, comprometido com sua atualização permanente, capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo em que tudo é sólido, desmancha no ar. Profissional que também seja um pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais para deles extrair potenciais propostas de trabalho, ali presentes como possibilidades, transformando-as em alternativas profissionais.

Dentro dessa perspectiva, afirma-se estar de acordo com o décimo Princípio Fundamental contido no Código de Ética do Assistente Social (1993), “compromisso com a qualidade dos serviços prestados á população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.”. (CFESS, 1993, p. 24).

O/A profissional de Serviço Social realiza um trabalho essencialmente socioeducativo, e como dito anteriormente, deve estar qualificado para tal.

Sendo assim, o art. 2, inciso f, que trata dos Direitos e das Responsabilidades Gerais do/a Assistente Social contidos no Código de Ética determina “aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código”. (CFESS, 1993, p. 26).

O Serviço Social começa a se manifestar atrelado ao surgimento do capitalismo monopolista, por volta de 1930. Um sistema de ordem contraditória que deu origem a uma onda crescente de problemas sociais e manifestações, pois mantinha uma força opressora em relação ao proletariado.

A classe trabalhadora passa a ser tratada como mero atributo do capital, o que faz com que o operariado seja recrutado e explorado de forma abusiva, eram obrigados a realizar todo tipo de trabalho, independentemente de salário. Com isso, a classe trabalhadora se organiza em movimentos sociais e também sindicais, de luta pelos seus direitos e leis menos severas.

Nesse sentido, segundo Martinelli (2010, p. 60):

[...] além do movimento dos trabalhadores, preocupava a burguesia, pelo que trazia de risco a ordem social por ela produzida, a crescente onda de problemas sociais que acompanhara a expansão do capitalismo. A classe trabalhadora crescera visivelmente, introduzindo uma nova geografia nos centros urbanos: a da pobreza, que se fazia acompanhar da geografia da fome e da generalização da miséria.

Na segunda metade do século XIX, na Inglaterra, neste contexto explosivo de pobreza, membros da Igreja se unem para discutir a reforma do sistema de assistência pública inglês. Com a união da burguesia, estado e Igreja, surge a Sociedade de Organização da caridade, que tinha como objetivo, responsabilizar os reformistas sociais a racionalização e normatização da prática da assistência.

Possuindo a acentuada marca do capitalismo, alienação, contradição e antagonismo, articulado com um projeto hegemônico burguês, Martinelli (2010, p. 66) afirma que:

Surgiram assim, no cenário histórico os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social, atividade que se profissionalizou sob a denominação de “Serviço Social”, acentuando seu caráter de prática de prestação de Serviços.

Vale ressaltar, como marco importante do Serviço Social enquanto profissão, o Movimento de Reconceituação. Até a década de 1940, sabe-se que a formação dos Assistentes Sociais era fundamentada sob forte influência e abordagem baseadas na doutrina católica. Pereira (2008, p. 96) afirma que:

O Serviço Social “tradicional” plasmou-se até a década de 1950, numa relativa homogeneidade, o que se traduzia numa consensual direção interventiva, [...] com o período nacional-desenvolvimentista dos anos 1950 e 1960, as possibilidades de renovação do Serviço Social encontravam-se abertas, pois aquele período histórico- de industrialização pesada- demandava um processo de racionalização tanto dos processos produtivos quanto na esfera da reprodução social, mais especificadamente na prestação dos serviços sociais.

Foi uma tentativa de acabar com o conservadorismo, pensando-se em um método crítico e investigativo, agindo como uma renovação teórico-prático social, com propostas de intervenção e compreensão da realidade social.

Nogueira (2013, p. 63) afirma que “o movimento ocorrido no âmbito do Serviço Social latino-americano, a partir da década de 1970, mudou decisivamente os rumos da profissão no continente.” Esse processo, denominado Movimento de Reconceituação, desloca o debate da profissão do “metodologismo” até então imperante, para o debate das relações sociais nos marcos do capitalismo, e com ele, passa a dar ampla visibilidade à política social como espaço de luta para a garantia dos direitos sociais.

Ainda sobre o Movimento de Reconceituação, Pereira (2008, p. 103) afirma que:

Tal movimento passou a questionar as antigas bases teóricas, políticas, éticas e metodológicas da profissão e, apesar de eclético, possibilitou uma aproximação do Serviço Social latino-americano com correntes das Ciências Sociais progressistas e principalmente com a tradição marxista, ainda que de forma não muito sistemática. Um dos saldos positivos do Movimento de Reconceituação foi à possibilidade de articulação entre os profissionais da América Latina, cuja problemática comum- o subdesenvolvimento e imperialismo- resinificou o debate profissional com uma noção de continentalidade.

O/A Assistente Social é o/a profissional forjado/a na luta. Desde seus primórdios, período entre 1930 a 1945, até os dias atuais, a profissão tem se redefinido, considerando sua inserção na realidade social do Brasil, entendendo que seu papel social se expressa pela demanda de atuação na

questão social do país, revelando as desigualdades sociais e econômicas e atuando nas manifestações de pobreza, violência, e vulnerabilidade social, dentre outras.

2.2. Cenário atual, perspectivas, possibilidades e os desafios da profissão.

O momento em que vivemos é um momento absoluto de desafios. Como vimos no item anterior, nossa profissão é forjada na luta e resistência, e no atual cenário, não é diferente. É preciso resistir às adversidades presentes na prática profissional e continuar lutando por tempos mais humanos.

Presenciamos tempos de crise, em que vimos a crescente do desemprego aumentar gradativamente em todas as cidades. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. É calculado pela PNAD Contínua-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Dados da última pesquisa realizada pelo Instituto, no terceiro trimestre de 2019, revelam a distribuição de pessoas desocupadas por idade, em que, as pessoas de 14 a 17 anos somam 8,0%; de 18 a 24 anos 31,9%; dos 25 aos 39 anos 33,9%; dos 40 a 59 anos 23,2%; e, 60 anos ou mais 3,0%.

A luta para sobreviver se torna árdua, tempos extremamente difíceis para todos aqueles que dependem do trabalho para sobreviver.

Historicamente falando, lamamoto (2005, p. 18) afirma que:

É no contexto da globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre o capital bancário e o capital industrial, que se testemunha a revolução técnico-científica de base microeletrônica, instaurando novos padrões de produzir e de gerir o trabalho. Ao mesmo tempo, reduz-se a demanda de trabalho, amplia-se a população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças, mulheres de classe subalterna, hoje alvo da violência institucionalizada.

Esta exclusão social mencionada por lamamoto (2005) se torna, hoje em dia, produto do desenvolvimento do trabalho coletivo. A exclusão social está intimamente ligada à desigualdade, sendo a outra face do desenvolvimento das

forças produtivas, do desenvolvimento da tecnologia, das ciências, dos meios de comunicação, entre outros.

De acordo com Zioni, em seu artigo publicado na revista Saúde e Sociedade (2006), por volta dos anos 1990, seria possível pensar que se estava inaugurando um novo capítulo no entendimento da questão social, sendo a tendência à precariedade, a marginalidade, antes periférica, estava se tornando central. Notava-se que a fatia da população pobre estava tomando grandes proporções, tornando a exclusão social algo comum, porém, preocupante devido ao seu expansionismo.

Estes novos tempos nos levam a verificar, com mais frequência, o agravamento das múltiplas expressões da questão social, como por exemplo, pobreza, miséria, aumento do desemprego, mortalidade, aumento da violência e marginalização de parte da sociedade.

Sabe-se que o Assistente Social tem sido, ao longo de suas conquistas e processos de trabalho, um dos profissionais responsáveis pela implementação de políticas sociais, especialmente, políticas públicas. Estes profissionais atuam diretamente na realidade da população usuária, mantendo relação direta com os indivíduos.

Com isso, um dos maiores desafios que o/a Assistente Social vive no presente é, de acordo com Lamamoto (2005, p. 20):

Desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

Isso exige que o profissional realize uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira e, se torna imprescindível discutir sobre a relação teoria e prática, observando como esta se mostra diante das demandas sociais postas a estes profissionais na contemporaneidade. O sujeito profissional, segundo Lamamoto (2005, p. 21):

Tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. É necessário, então, ir além das rotinas propostas nas instituições, o profissional deve buscar apreender o movimento da realidade para assim, poder constatar tendências e possibilidades nela presentes, aptas de serem

desenvolvidas pelo profissional, transformando-as em projetos e frentes de trabalho.

O Serviço Social desempenha importante papel na constituição dos indivíduos sociais e na vida em sociedade, principalmente no processo de produção e reprodução da vida social, mas, para, além disso, participa do processo de compra e venda da força de trabalho especializada em troca de um salário. Segundo Iamamoto (2000, p. 24) “isso faz com que o Serviço Social ingresse no universo da mercantilização, no universo do valor.” Conforme a autora,

“A profissão passa a constituir-se como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendem as necessidades sociais.” (IAMAMOTO, 2000, p. 24)

Logo, entende-se que, o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário, ou seja, adquire valor de uso, uma utilidade social, tendo como uma de suas atribuições o bem-estar social.

Iamamoto (2005, p. 17) afirma que:

O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.

A atuação profissional faz-se por meio de instituições que prestam serviços públicos ou privados, destinados a atender pessoas e comunidades que buscam apoio para desenvolver sua autonomia, participação e inserção na sociedade, cidadania e acesso aos direitos sociais e humanos. Pode-se afirmar que é no âmbito institucional onde o/a Assistente Social enfrentará alguns de seus desafios, e, por se tratar de uma profissão de cunho interventivo, seu objetivo é decifrar a realidade em que o usuário vive e desenvolver a articulação entre profissão e realidade, atuando não apenas sobre a realidade, mas na realidade.

Para Fraga (2010, p. 53),

Esse profissional é desafiado a superar-se constantemente, reconhecendo a realidade sócio histórica em que vive e trabalha, tornando-se protagonista da construção do projeto ético-político da categoria, que deve assegurar a ampliação da liberdade, ser atuante na consolidação da democracia, garantindo a todos os sujeitos maior equidade e justiça e justiça social, enfrentando as contradições e desigualdades socialmente produzidas.

O mercado profissional de trabalho sofre impactos diretos das transformações ocorridas nas esferas pública e estatal, que por si só, alteram as relações entre o Estado e a sociedade. Para Iamamoto (2005), de acordo com o contexto da época e possibilidades de atuação para o/a profissional, afirma que, “o setor público tem sido o maior empregador de assistentes sociais, sendo a administração direta a que mais emprega, especialmente nas esferas estadual, seguida da municipal.”. (IAMAMOTO, 2005, p. 123).

O que vale ressaltar é que, em qualquer campo de trabalho que o/a profissional atue, seu compromisso é lutar e garantir o acesso ao direito do usuário, contribuindo para seu crescimento social, político e econômico. Desde então o/a Assistente Social vem conquistando diversas áreas para desenvolver suas atividades e projetos, ocupando também a esfera particular, entre outras. Neste contexto de ocorrência de mudanças no mercado profissional de trabalho, é importante ressaltar que esse processo desafia fortemente todos os cidadãos, em especial, o/a Assistente Social, refletindo no mercado de trabalho. Com isto, Iamamoto (2005, p. 42) diz que:

A retração do Estado em suas responsabilidades e ações no campo social manifesta-se na compreensão das verbas orçamentárias e no deterioramento da prestação de serviços sociais públicos. Vem implicando uma transferência, para a sociedade civil, de parcela das iniciativas ao atendimento das sequelas da questão social, o que gera significativas alterações no mercado profissional de trabalho.

Presencia-se um amplo processo de privatizações dos serviços públicos. Junto disso, faz-se necessário salientar a ocorrência da reforma da previdência, que ocorre em detrimento da universalização dos direitos sociais, assegurada constitucionalmente. Iamamoto (2005, p. 44) afirma que:

O governo pretende “economizar” com a redução dos benefícios daqueles que tem renda de 5 a 10 salários mínimos, transferindo a iniciativa privada uma preciosa fatia do mercado de investimentos do campo de seguros sociais.

Todo esse processo vem repercutindo no mercado de trabalho do assistente social. Tornou-se fácil encontrar assistentes sociais trabalhando nos setores de Recursos Humanos e Responsabilidade Social de indústrias, mineradoras, empresas de engenharia, de cosméticos, entre outras. Possibilidades novas de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas. Iamamoto (2005, p. 48) afirma que:

Aqueles profissionais que ficarem prisioneiros de uma visão burocrática e rotineira do papel do Assistente Social e de seu trabalho entenderão, como “des-profissionalização” ou “desvio de função”, as alterações que vem se processando nessa profissão.

Assim, após essas reflexões, sintetiza-se o cenário atual de enfrentamento para os/as profissionais, as possibilidades, as perspectivas e principalmente o desafio de decifrar os novos tempos em que vivemos. Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica: não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade.

Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho neste momento de profundas alterações na vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2005, p. 49).

Por atitude investigativa, entende-se ser um procedimento qualificador da formação e atuação do Assistente Social numa perspectiva crítico-dialética, isto é, conectando-se a realidade social, favorecendo e facilitando a atuação crítica e competente deste profissional. Através da atitude investigativa busca-se, mediante novas habilidades, direcionar a intervenção profissional a favor da efetivação e ampliação dos direitos sociais, da cidadania e da democracia. Vale ressaltar o conceito dado por Fraga (2010, p. 52),

Remete a uma postura aberta do sujeito para investigar, a permanente curiosidade, expectativa para apreender e entender o inesperado, o acaso, o que extrapola suas referências e o leva a ir além. A atitude investigativa consiste numa postura inquieta e curiosa, por isso é fundamental na bagagem cotidiana do profissional. A ausência dessa postura pode levar a cristalização das informações, a estagnação do aprendizado profissional, o que, conseqüentemente, comprometerá o compromisso do assistente social com a qualidade dos serviços prestados a população usuária.

Portanto, o novo perfil que se busca construir é de um profissional propositivo, ou seja, que atue na construção de propostas, na busca por soluções e que, além disso, realize análise dos processos sociais, tanto na dimensão da vida em sociedade quanto nas suas manifestações quotidianas. Um profissional criativo e imaginativo, capaz de entender o tempo presente e nele atuar.

3. SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.

Este capítulo tem como objetivo geral, refletir sobre a contribuição do Serviço Social na área da educação, principalmente, através de sua atuação. Além disso, busca apresentar um breve contexto histórico do percurso educacional no país, considerando a área educacional como espaço de trabalho do profissional em Serviço Social. Também terá a finalidade de expressar às demandas sociais encontradas neste campo de atuação, assim como, a criação de estratégias, projetos e mediação para fortalecimento da participação entre os sujeitos encontrados neste contexto.

3.1. Breve contexto histórico da Educação e definição do espaço ocupacional do Assistente Social.

Dando início a nossa reflexão, podemos, antes de tudo, conceituar educação. Segundo o significado descrito no dicionário, é substantivo feminino, sendo ato ou processo de educar (se), e/ou, aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano; pedagogia, didática, ensino.

Partimos da ideia de que, em tempos passados, a educação era tida como objeto de alguma forma de regulação social. Segundo Monteiro (2006), “todas as sociedades têm as suas formas e maneiras de regulação normativa, e através disso, a educação era também considerada direito natural da família, podendo ser fundado na relação de procriação e apoiado pelas religiões.”.

Pereira (2008, p. 38) afirma que:

No que se refere a educação, é necessário salientar que esta independente dos sistemas educacionais modernos, assim como hoje os conhecemos- constitui-se como um poderoso instrumento da ideologia hegemônica, em toda a historia da humanidade, de “domesticação” dos indivíduos ao *status quo*.

São várias as noções que circundam o nascimento e evolução da educação no Brasil. Primeiramente, é dada ênfase a dois períodos sinalizados pelo autor Artero (2017) em sua publicação no site Pensar a educação em pauta, em que o primeiro faz jus ao aprendizado da língua portuguesa e a educação religiosa, denominada, segundo o autor como pedagogia basílica, direcionada aos índios, porém, notava-se a necessidade de se avançar em

termos educacionais, instalando-se uma cultura totalmente distinta, advinda do outro lado do mundo, com marcas do capitalismo, ampliando a produção e o mercado de consumo.

O segundo período, século XIX, citado pelo autor, enfatiza as ideias carregadas pelo contexto iluminista, instituindo as aulas regias. Entende-se por aulas regias, conforme Jablonski (2019), em sua publicação no site Recanto das letras, o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais a igreja, compreendendo a primeira forma do sistema de ensino público no Brasil. Essas aulas eram pagas pela coroa e apenas a classe dominante tinha acesso à educação.

Neste contexto, Monteiro (2006) comenta a atuação e intervenção pública na educação grega, que acaba se desenvolvendo no período helenista, impreterivelmente no quadro municipal e por intermédio de bem feitores. Até então, a educação nestas comunidades primitivas era de um ensino informal, e visava um ensino das coisas praticas da vida coletiva, focada na sobrevivência e perpetuação de padrões culturais. Isto é, a educação acontecia de forma espontânea e era mediada pela convivência em grupo.

Com isso, aparecem às primeiras escolas públicas, sendo estabelecidas e financiadas pelos rendimentos de uma fundação. Segundo Sales (2019) em sua publicação no site Brasil escola, o objetivo das escolas era formar o homem das classes dirigentes, e o professor não deveria ensinar de acordo com suas concepções, mas sim, de acordo com as exigências da sociedade, devendo formar os futuros governantes e ocupantes dos altos cargos. O mestre filósofo era o responsável pela educação de seus discípulos, que, geralmente eram cinco e onde se destinava a ensinar política, aritmética, artes e filosofia.

Durante essa análise do processo histórico de evolução da educação, podem-se notar as transformações ocorridas ao longo de seu processo. Na idade média, de acordo com Sales (2019) o conhecimento ficou praticamente nos mosteiros. É aí, segundo a autora, que a educação ambienta-se na escola e os religiosos se encarregam da transmissão do saber. Era uma educação elitizada, não havendo distinção entre crianças e adultos.

Nota-se, neste período, a presença da luta de classe, pois, os nobres se preocupavam em aumentar suas riquezas e o aprender e escrever era próprio

das mulheres, desprezando a cultura e a instrução. O ler, escrever e contar se torna necessário com o surgimento do comércio.

O ensino, estimulado pela burguesia, era baseado em saberes práticos para a vida e para os interesses da classe emergente, denominados por Sales (2019) como instrução básica. Logo, podemos dizer que, o aparecimento da instituição escolar está diretamente ligado ao aparecimento e desenvolvimento do capitalismo.

Neste contexto, a burguesia percebe que a educação serviria para disciplinar os milhares de trabalhadores atuantes no sistema da época, e, conforme Sales (2019) a burguesia viu na educação uma poderosa arma de controle para disciplinar os trabalhadores. Vemos que a escola, ela surge com funções ideológicas, induzindo na grande massa os valores e normas da classe dominante, mostrando a função de cada um conforme a classe de origem.

É importante ressaltar que, a posição que a escola ocupava, de interferir fortemente ideologicamente nos indivíduos, não era percebida por eles, porque, a escola sempre é vista como instituição neutra que trata todos igualmente. Então, conclui-se, de acordo com Sales (2019) que o aparelho escolar está a serviço da classe que controla a sociedade.

Com a chegada dos jesuítas, em 1549, foram criadas as primeiras escolas que tinham como objetivo, segundo Sales (2019) formar sacerdotes e catequizar o índio, dedicando-se também, a educação da elite nacional. Criaram a Companhia de Jesus, uma instituição que buscava o fortalecimento e defesa da igreja. Formularam seu plano de atuação, finalizado em 1599, totalmente influenciado pela cultura europeia e considerado perfeito instrumento de controle ao povo da época.

A educação pública estatal tem início na França e na Alemanha, mas, segundo Sales (2019) sem o interesse de atender aos filhos da classe trabalhadora. No século XIX ela é inaugurada nos EUA e no Brasil no final do século XIX quando teve início o processo de industrialização do país.

No século XX, no Brasil, segundo Sales (2019) construiu-se um ideal de sociedade do lazer, firmado na ilusão do mundo de consumo. É este período que surgem os movimentos de contracultura, como por exemplo, os hippies e punks; os movimentos de mobilização das minorias, por exemplo, movimento estudantil, feminista e grupo de defesa dos direitos humanos; e as ONGs.

Logo, todas essas mudanças e acontecimentos exigiram um novo tipo de escola, principalmente uma escola pública, leiga, gratuita e obrigatória, devido a impulsiva industrialização.

No Brasil, a educação só passou a ser realmente debatida no início do século XX, conforme afirma Sales (2019), a partir de discussões surgidas com alguns intelectuais brasileiros que passaram a analisar a educação de forma mais profunda. O direito a educação tornou-se algo concreto neste período devido a um processo de ampliação da cidadania e direitos sociais do povo. Para Pereira (2008, p. 39)

O acesso ao direito a educação em seus diferentes níveis seria massificado somente no século XX, quando surgiu a necessidade de criação de um homem de tipo novo, adequado ao padrão de produção e consumo fordista no estágio monopolista do capital, concomitante ao processo crescente de socialização da política.

É importante citar o movimento escolanovista, na década de 20, que surgiu como uma crítica a educação tradicional, buscando, acima de tudo, a universalização do ensino no país. Esse movimento se resume a um processo de renovação do ensino, ganhando força na primeira metade do século XX. O aluno deveria ser o autor de sua própria experiência, através dos métodos ativos e criativos, e, além disso, o aluno passou a ser ouvido, defendendo uma escola que formasse um homem novo.

A partir desse movimento, segundo Sales (2019), surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), tratava-se de um documento assinado e liderado por Fernando de Azevedo e com o apoio de várias personalidades da época, buscavam dar a educação uma forma mais racional, tornando-a científica.

A respeito disso, Monteiro (2006, p. 81) afirma que:

O Movimento da Educação Nova, nascido na Europa e nos EUA, foi a onda mais poderosa, na História da Educação, contra a defesa do direito de educação, na família e na escola. A sua referência foi o Émile de Rosseau, configurando a obra que inaugura verdadeiramente a modernidade na educação.

Entende-se que, a educação nova, tentou por em prática ensinamentos e princípios pedagógicos, onde a experiência pessoal da criança está na base,

tanto da educação moral quanto da educação intelectual. Esta nova forma de educar é baseada na atividade própria da criança, as necessidades da sua idade, os seus gostos ou interesses pessoais.

Ao longo desse processo, no decorrer dos anos sessenta, surgem movimentos contra a escola e uma onda de críticas, fazendo surgir uma nova concepção de escola. Para isto Sales (2019), define que, a escola passa a ser vista sob uma nova perspectiva, a de reprodutora das desigualdades da sociedade.

A educação passa por inúmeras transformações, sendo alvo de muitas críticas durante sua evolução. Nessa perspectiva, nos deparamos com o século XXI, onde, pode-se notar como a escola continua sendo o protagonista, não só das desigualdades sociais, mas também, da exclusão social.

Além disso, presenciamos um forte avanço tecnológico, em que, o computador surge e toma espaço consideravelmente, não apenas no contexto do professor enquanto profissional, mas também, na trajetória dia a dia dos estudantes. Vale lembrar que, o ensino público enfrenta, hoje em dia, as mesmas dificuldades já enfrentadas em 1759, como falta de docentes, baixos salários e atraso no início dos pagamentos.

É fundamental, no decorrer dos anos, que seja feita uma breve apresentação de Paulo Reglus Neves Freire, que, segundo Monteiro (2006, p. 151), “[...] o maior pedagogo da segunda metade do século XX.” Foi o mais influente pensador e lutador pelo direito a educação, se tornou educador e filósofo, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica.

Nasceu em 19 de setembro de 1921 e vem a falecer, aos setenta e cinco anos de idade, na madrugada de dois de maio de 1997, em São Paulo. Paulo Freire detinha um pensamento pedagógico, tendo como matriz histórico e social, conforme afirma Monteiro (2006, p. 155) “[...] a emergência do povo brasileiro por volta de 1950-60, uma época em que a sociedade se rompe. O Brasil vive uma profunda transformação, a transição de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta.”.

Seu pensamento desenvolveu-se durante os anos em que passou exilado, como conta Monteiro (2006), entre 1964 e 1980, período da ditadura militar, e foi matizando-se com seu regresso e participação no processo de

democratização da sociedade e da educação brasileiras, por volta dos anos 1980 e 1990.

A educação, segundo Freire, deveria passar necessariamente pelo reconhecimento da identidade cultural do aluno, tendo como base dialética, a conversa, ou seja, o conteúdo deveria estar de acordo com a realidade cultural do educando. Monteiro (2006, p. 156) afirma que, “este método era muito mais uma compreensão dialética da educação do que um método de alfabetização”.

Tratava-se do início de uma nova concepção da educação como dialética de realidade e, de acordo com Monteiro (2006), uma educação forjada através de possibilidades, ciência e consciência, teoria e ação, conteúdo e forma. Isto é, uma ideia de pedagogia obtida na plenitude de seu conceito.

A Pedagogia do Oprimido- sua obra mestra- trata-se de uma proposta de opressão a realidade daquela época, em que, a classe dominante era privilegiada, impedindo que a maioria da população pudesse usufruir dos bens da sociedade. Monteiro (2006, p. 156), diz que “assim como o opressor, para oprimir, precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos, para libertar-se, igualmente precisam de uma teoria de sua ação”.

Nesta concepção, a educação surgiria como prática da liberdade, que deve surgir a partir dos próprios oprimidos, depois de um processo de conscientização e politização para que, assim, pudesse transformar a realidade em que vivem.

Logo, após essa reflexão, nota-se a grande contribuição deixada por Freire, no contexto educacional e social daquela época. Trazendo a libertação dos povos oprimidos e afirmando que a educação é um direito das crianças e também dos adultos e analfabetos, ressaltando a importância da transformação destes oprimidos, que agora, eram detentores, por meio da alfabetização, da conscientização e tomada de consciência.

É impossível tratar do percurso e história da educação sem citar a violência como parte atrelada a esse processo. Monteiro (2006, p. 167), diz que “a educabilidade é o bem da espécie humana. Mas, por bem...quanto mal”. Ou seja, a educação por vezes educa, e, maltrata, usando da violência para obter obediência dos filhos ou doutrinação dos educandos.

A violência marcou a história da educação de certo modo que, não é possível mascarar os fatos ocorridos em seu percurso. Segundo Monteiro

(2006), era comum a ocorrência de maus tratos e, além disso, sair com os alunos para que presenciassem execuções, para que recordassem o que tinham visto. Casos de violência física e atentados sexuais também estavam presentes na realidade dos alunos.

Sabe-se que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo. Os casos de violência entre jovens e principalmente dentro das escolas se encontram em crescente aumento. O fato é que, a violência sofrida por crianças ou adolescentes, acaba sendo reproduzida no seu cotidiano. Morrone (2016) em sua publicação na Revista Época, do mesmo ano, afirma que, a violência verbal ou física atingiu 42% dos alunos da rede pública nos últimos doze meses. Segundo a autora, de acordo com 70% dos alunos, entre 12 e 19 anos representados pela pesquisa realizada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em parceria com o Ministério da Educação e a Organização dos Estados Interamericanos (OEI), no ano de 2015, houve algum tipo de violência na escola em que estudam no último ano. Entre os violentados, 65% apontaram um colega agressor. Mais de 15% alegaram que a agressão partiu dos próprios professores. Entre os tipos de violência praticada, a pesquisa destaca o *cyberbullying*, que engloba intimidações na internet e em aplicativos de conversa, representando 28% dos casos, enquanto roubo e furto representam 25% dos casos e ameaças, 21%.

Além disso, de acordo com Dagostini em sua publicação no site Nova Escola (2019), o Brasil lidera o ranking de agressão contra docentes. Conforme mostra dados da pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no ano de 2018, publicado por Dagostini (2019), dentre os professores ouvidos, 12,5 % afirmaram ser vítimas de agressões verbais ou intimidações de alunos. Em São Paulo, o número de agressões a professores aumentou 73% em 2018 em relação ao ano anterior.

Ainda sobre os índices de violência escolar, em especial aos docentes, Dagostini (2019) afirma que, uma pesquisa realizada pelo Sindicato dos Professores de São Paulo, no ano de 2018, aponta que mais da metade dos docentes da rede estadual de ensino afirmaram já ter sofrido algum tipo de agressão, sendo a mais comum a agressão verbal (44%), seguida por discriminação (9%), *bullying* (8%), furto/roubo (6%), e agressão física (5%).

De acordo com Bacelar em sua publicação no site Congresso em foco (2017), a educação é o pilar principal para o desenvolvimento de um país, trazendo não só o conhecimento de português, física, matemática ou química, mas também benefícios como, aumento de renda para as famílias, melhor qualidade de vida e, principalmente menos violência.

O que podemos concluir é que, a história da educação pode ser vista como um lento processo de reconhecimento do educando como ser humano de direito, exaltando seu direito a educação. O processo de ensinar e aprender devem estar sempre em primeiro plano, pois é daí que irão emergir as transformações de que nossa sociedade necessita, dentre elas, menores taxas de desemprego, violência, fome, pobreza e vulnerabilidade social, fazendo com que as expressões da questão social se tornem cada vez menores.

3.2. Atuação do profissional em Serviço Social na área educacional.

O objetivo da prática profissional do Serviço Social na educação deve, dentre outras possibilidades, buscar o encontro da realidade social do aluno junto à escola, a família e a sociedade. Este item tem como objetivo apresentar como se dá a atuação do Assistente Social na educação, e, além disso, entender como se configura a demanda social por educação, a política de educação e a inserção do Serviço Social nessa área.

O papel do Assistente Social na escola, a partir de sua perspectiva de atuação na educação, perpassa por questões históricas da profissão. De acordo com Barbosa (2015, p. 12):

[...] a inserção histórica do assistente social na educação, remonta a década de 30. A partir da década de 1990, em paralelo com o amadurecimento do Projeto ético-político da profissão e com a regulamentação da política de Educação, constata-se considerável aumento de sua inserção no campo da educação brasileira.

É importante enfatizar as discussões, ao longo dos anos, no âmbito da educação, descrevendo o que se concretizou como fundamental para compreender a inserção do serviço social na política educacional. Para isso, Barbosa (2015) retoma os debates ocorridos a partir de 2001, que deram subsídios para incorporação do serviço social na educação.

Dentre eles, o autor traz o documento de 2001, consiste em:

[...] uma cartilha elaborada pelo conjunto CFESS e os CRESS regionais, tendo por finalidade contribuir com o processo de discussão acerca da presença do Serviço Social na educação e para o aprofundamento da reflexão sobre uma concepção de educação coerente com o projeto ético-político profissional. (BARBOSA, 2015, p. 15).

A partir daí, nesse mesmo ano, de acordo com Barbosa (2015) durante o 30º Encontro CFESS- CRESS realizado em Belo Horizonte, de 02 a 05 de setembro de 2001, houve proposições para essa área que acabaram resultando na elaboração de um grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Foi através desse grupo de estudos que a educação passou a ser problematizada como direito social.

Entre 2008 e 2011, Barbosa (2015) diz que, houve a reestruturação do Grupo de Trabalho do Serviço Social na Educação, que, passou a se regularmente para materializar as ações do conjunto sobre o referido tema. Logo, como resultado foi elaborado o documento, em 2011, “Subsídios para o Serviço Social na Educação”.

De acordo com CFESS (2012, p. 17) este documento trata:

O documento Subsídio para o Serviço Social na Educação, apresenta uma caracterização da inserção do serviço no âmbito da Política de Educação, considerando as particularidades do trabalho do/a assistente social, tendo como referencia os seguintes focos: garantia do acesso da população a educação formal, garantia da permanência da população nas instituições de educação formal, garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional, garantia da gestão democrática e participativa na Política de Educação.

Percebe-se, através desse trecho, o levantamento das demandas tidas como importantes na época e, a organização das atribuições feita a partir desse documento, além dos avanços significativos para o debate do Serviço Social na educação.

Para entendermos como se configura a demanda social por educação, a política de educação e a inserção do Serviço Social nessa área deve-se, primeiramente, pensar a relação existente entre necessidades sociais, demandas sociais, demandas institucionais e requisições profissionais para o Serviço Social. Para Barbosa (2015, p. 19),

A relação existente entre tais categorias está intimamente ligada a questão social na sociedade capitalista, fundamento para a interpretação acerca da profissão e das demandas a ela relacionadas.

A relação existente entre a sociedade capitalista com as necessidades e demandas sociais, remete a comentarmos a atuação da classe trabalhadora e seu pauperismo, a não satisfação das verdadeiras necessidades do indivíduo, onde, a riqueza material originária do processo de produção e acumulação do capital, em vez de servir as necessidades do trabalhador, direciona-se a responder as necessidades da ordem burguesa. Fazendo-se fundamental analisar a questão social, sua dimensão econômica social e política, como já feito no capítulo inicial deste trabalho.

Desse modo, Barbosa (2015, p. 37) afirma que:

Nessa sociedade as necessidades sociais, que aqui entendemos como de classes, são transmutadas em necessidades materiais, que o capital vai atender sob a forma de demandas sociais. As necessidades sociais são fundantes das demandas sociais da ordem capitalista. As demandas sociais são condicionadas pela relação das classes antagônicas entre si por sua respectiva condição econômica.

As demandas sociais são resultado das constantes transformações e/ou mudanças que ocorrem na sociedade. Influenciam diretamente nas relações sociais que construímos e, para tal, são geradas pelas necessidades sociais na sociedade capitalista em que vivemos.

De acordo com Barbosa (2015, p. 40):

No capitalismo monopolista, momento em que se reconhecem as demandas sociais, põe-se a necessidade de um mercado, de uma determinada quantidade de bens materiais, de mercadorias e serviços para ser satisfeita. Assim, o Estado institucionaliza algumas demandas e dá origem as políticas sociais que se apresentam como uma mediação entre as demandas sociais.

Estas imposições ou exigências feitas a nós, assistentes sociais, pela sociedade ou pelo mercado de trabalho, muitas vezes, chegam mascaradas e complexas, cabendo ao profissional maior atenção no desvelamento dos verdadeiros determinantes destas demandas.

Com isto, Barbosa (2015, p. 40) afirma que:

Em síntese, o Estado institucionaliza algumas demandas sociais a partir de políticas sociais de educação, saúde, habitação, e assim, responde a questão social de modo fragmentado e parcial a partir de suas expressões. Institucionaliza-se então, a demanda social (mais geral), e dentro de cada instituição (de educação, saúde, assistência social) aparecem necessidades sociais que serão atendidas sob a forma de demandas institucionais correspondentes aos serviços sociais oferecidos pela instituição.

Portanto, a partir do reconhecimento de certas necessidades sociais, concretizadas sob a forma de demandas sociais, as instituições que executam as políticas sociais demandaram profissionais capacitados para trabalhar com certas demandas no âmbito institucional, entre esses profissionais, o/a assistente social. Então, retrata-se, nas políticas sociais públicas e/ou privadas a constituição do espaço sócio ocupacional do Serviço Social, atuando no enfrentamento das expressões da questão social.

Desse modo, entendemos que, as políticas sociais são políticas públicas destinadas ao bem estar das pessoas, em especial, aquelas de baixa renda, que se encontra em vulnerabilidade social e pobreza. O Estado busca responder as expressões da questão social por meio de políticas sociais de educação, de saúde, de assistência social, e, com isso, tais políticas demandaram profissionais para sua instrumentalização e execução, entre eles o assistente social.

A institucionalização do Serviço Social como profissão se deu no capitalismo monopolista, sendo considerado um profissional qualificado para atuar nos serviços sociais criados no âmbito do Estado. De acordo com o artigo publicado por Piana (2009), no site Serviço Social e Realidade:

[...] pensar a dimensão pedagógica e educativa do Serviço Social, é remeter-se a um trabalho desenvolvido pelos profissionais na perspectiva e desmitificar e desvelar a realidade produtora e reprodutora de desigualdades, visando á autonomia, á participação e á emancipação dos indivíduos sociais. Traçar um perfil profissional educativo representa á profissão a construção de meios para a superação da condição de opressão e de dominação das classes oprimidas e dominadas.

Com isso, o profissional tende a atuar identificando e propondo alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem no sistema educacional e nos demais.

Segundo Barbosa (2015, p. 60):

[...] a constituição de um mercado de trabalho resultante das transformações na sociedade, que põe a exigência de profissionais e, assim, legitima a profissão dentro da divisão sócio técnica do trabalho. É nesse processo que o Serviço Social recebe atribuições, papéis, e funções a partir da ocupação de um espaço sócio ocupacional na sociedade burguesa consolidada e madura. Assim, o Serviço Social se laiciza e rompe com o confessionalismo e/ou particularismo.

Desta forma, entendemos que, é a partir do processo de reivindicação da classe trabalhadora por melhores condições de vida e bem estar que se evidenciaram as demandas econômico-sociais e políticas imediatas. Desse modo, como vimos, são as demandas histórico-sociais que constituem o Serviço Social como profissão, podendo então, realizar intervenções nas diversas expressões da questão social e, se apresentar como um dos elementos que participam do processo de reprodução das relações sociais.

É importante destacar a contradição existente no processo de busca e consolidação por melhores condições de vida e a reafirmação do poder da classe dominante. Barbosa (2015, p. 64) diz que:

Tais reivindicações aceleram a acumulação por meio do disciplinamento e da regulação do mercado de trabalho, subordinando sempre o trabalho ao capital. Por efeito os serviços têm como função obscurecer para a classe trabalhadora a visão de que os serviços conduzem o trabalho a dominação do capital.

Assim, o Estado atende as reivindicações dos trabalhadores, institucionalizando algumas demandas sociais, porém, acaba mantendo os interesses da classe burguesa, a dominante.

A partir da interpretação de Barbosa (2015), é possível entendermos que as demandas dispostas pelas instituições são geradas a partir das necessidades sociais, constituindo a aparência das reais necessidades sociais da classe trabalhadora, tidas como decorrentes das contradições resultantes no âmbito do processo produtivo capitalista. Logo, as demandas tidas nas instituições são meios para o reconhecimento das demandas sociais, mas, expressam fundamentalmente as necessidades do capital, exigindo ao longo da história da educação, a intervenção de profissionais qualificados, entre eles, os/as assistentes sociais.

O momento de transição do feudalismo para o capitalismo marca a ausência de formação e educação da classe burguesa, logo, tinha-se a necessidade de se formar um novo tipo de homem, que fosse capaz de trabalhar de uma nova forma, respondendo ao desenvolvimento da classe capitalista. De acordo com Barbosa (2015, p. 81):

Com isso, a universalização da educação formal surge como uma necessidade da burguesia para a formação do homem necessário ao novo mundo em transformação, cujos valores, princípios e relações sociais não podiam ser mais construídos pela educação de molde feudal.

Apesar da universalização da educação ter sido necessária ao capital, ao passo que constrói e forma um novo homem capaz de trabalhar e assim, ampliar esta nova forma de sociedade, é importante ressaltar a contradição existente imposta por esse novo momento, o capitalismo, onde, ao mesmo tempo em que amplia essa universalização, também restringe. Para Barbosa (2015, p. 82):

Ressalta-se, portanto, haver uma intrínseca relação entre educação e reprodução do capital, de modo que a educação na sociedade capitalista se dá de forma desigual: por um lado, qualifica determinados trabalhadores para o trabalho mais complexo, e por outro, desqualifica-os para o trabalho mais simples.

Com isso, o trabalhador acaba sendo destinado e qualificado para desenvolver apenas determinada atividade, o que resulta em um processo em que ele não usa seu raciocínio, nem sua capacidade de reflexão para cumprimento das tarefas impostas a ele, nem mesmo habilidade. Segundo Barbosa (2015, p. 82) “reduzindo significativamente a requisição da dimensão intelectual para o trabalho”.

Logo, pode-se afirmar que, a educação, neste período de ascensão do capitalismo, tem a finalidade de adequar certos indivíduos a ordem e a produção capitalista, preparando-os para o trabalho. Contudo, passa a atender os interesses do capital, onde, os trabalhadores tinham o mínimo de formação, ou seja, a formação era apenas para desempenhar sua função, o conhecimento necessário para operar determinada máquina. Isso causa uma degradação espiritual no indivíduo que acaba se desqualificando para outras funções.

A partir disso temos, então, a evolução de uma nova sociedade, como tratado no capítulo primeiro deste trabalho, onde temos um ritmo acelerado de desenvolvimento da economia e da política, que acaba dando origem ao pauperismo da classe trabalhadora, onde a desigualdade e a pobreza ganham espaço. Neste contexto, a demanda social por educação também obtém seu espaço, visto que, a educação já era algo muito fomentado pela classe trabalhadora.

De acordo com Barbosa (2015, p. 100) “A demanda social por educação foi reconhecida e institucionalizada pelo Estado a partir de 1930.”. Pois, é neste período que o governo passa a reconhecer que o analfabetismo se acentuou como problema presente na sociedade.

Não obstante, tem-se a evasão escolar, a repetência e todos os problemas relacionados às condições de vida dos alunos, sendo, no contexto da classe trabalhadora, desafiador inserir e manter os filhos nas escolas. Para Barbosa (2015, p. 106):

Entendemos que essa demanda é perpassada por outras demandas sociais, como: a pobreza vivida pelas famílias; a falta de alimentação adequada; a falta de uma renda familiar, entre outras, referentes as condições de vida dos alunos e sua família, o que implica a dificuldade da permanência do aluno nas escolas.

Esse período é marcado pela reformulação e expansão das políticas sociais, usado na época como resposta aos movimentos que a classe trabalhadora vinha desenvolvendo. Assim, o governo estabelece uma política de compromisso com a classe trabalhadora e, de acordo com Barbosa (2015, p. 106):

O estado estabeleceu uma série de medidas de política social, institucionalizando algumas demandas sociais da classe trabalhadora, como educação, trabalho, saúde, assistência social, que responderam, fundamentalmente, aos interesses da classe burguesa, dando condições ao aumento da produção.

Esse governo estabelece uma conciliação entre as classes, trabalhadores, dominantes e camadas médias da sociedade, dando condições para o capitalismo de fato se consolide e se expanda, evidenciando então as expressões da questão social, haja vista trabalhadas no capítulo um deste

trabalho. Em combinação com a expansão das políticas sociais sente-se a necessidade da formação de profissionais habilitados para atuar nessa área.

É, portanto, segundo Barbosa (2015, p. 106), que “[...] durante década de 1940, o Serviço Social se afirma, no Brasil, como profissão inserida no setor público, sendo incorporado pelo Estado para atuar nas políticas sociais.”. A atuação do Assistente Social, na política de educação, era baseada no ajustamento dos alunos tidos como desajustados ou alunos problema, isto é, aqueles alunos que reprovavam que faltavam as aulas, que acabavam trazendo para a escola as inconstâncias da vida particular e os reflexos de hábitos adquiridos no âmbito intrafamiliar e escolar.

O objetivo do trabalho do Assistente Social era adequar estes alunos a escola, criando ações junto à escola e a família para o enfrentamento destas questões. Para Barbosa (2015, p. 108):

A ação do serviço Social era direcionada para o ajustamento do indivíduo. Os problemas das crianças e sua família eram tratados como uma deficiência moral e de caráter por parte dos indivíduos. A escola tinha como objetivo educar essa criança e aproximar sua família do meio escolar, reajustando tanto a criança como sua família ao meio social.

Para tanto, o Serviço Social passou então a desenvolver atividades no sentido de colaborar junto a instituição para adequar as crianças ao ambiente escolar, começou a articular e observar as deficiências da criança e de sua família. Ainda, segundo Barbosa (2015, p. 109):

O Serviço Social realizava inquérito social como diagnóstico da situação familiar, social e escolar do aluno, com a função de orientar os alunos e as famílias para manter a ordem social e o ajustamento dos sujeitos aos valores morais da época.

É importante destacar que, o indivíduo era culpabilizado por sua condição, sendo esta, de miserável. Ainda, segundo Barbosa (2015, p. 109) “os desdobramentos das expressões da questão social eram entendidos como problemas individuais, isto é, referentes ao próprio indivíduo, sendo retirados do contexto da sociedade, da contradição entre capital e trabalho”.

Neste cenário de adaptação do sujeito ao sistema societário, na contribuição do exercício do controle social e o domínio das ideologias da

época é que atuava o Assistente Social, ajustando o indivíduo à lógica da sociedade capitalista.

Vimos ao longo deste trabalho a relação existente entre necessidades sociais, demandas sociais e demandas institucionais, as quais se apresentam ao profissional como requisições profissionais. A partir disso, entendemos como se configurou no Brasil a demanda social por educação das classes sociais e, em especial da classe trabalhadora, reconhecida durante a década de 1930. Consideramos, no contexto da década de 1940, que a educação se estabeleceu como espaço de atuação do Serviço Social, apresentando-se como parte das respostas as demandas no âmbito institucional.

A partir dessa compreensão, trataremos então, das demandas institucionais na educação escolar e das solicitações profissionais para o Serviço Social pós Constituição Federal (CF) de 1988.

Sabe-se que a Constituição Federal de 1988 trouxe a constitucionalização e o livre poder de exercer a cidadania para o povo brasileiro. Instituiu a democracia e novos direitos trabalhistas, sociais, e políticos, onde, os trabalhadores brasileiros começaram a usufruir de benefícios ofertados pelo governo, como por exemplo, assistência social, saúde, educação, entre outros.

No que tange a educação, de acordo com Barbosa (2015, p. 134):

Na constituição de 1988 a educação foi regulamentada pelo artigo 205. Sendo considerada direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Logo, pode-se dizer que a constituição disciplinou a educação no país, buscando o desenvolvimento de todo o sistema educacional e principalmente da pessoa, contando agora com o incentivo e colaboração da sociedade, mesmo sendo dever do Estado e da família. Vale lembrar que esse período é resguardado pelo neoliberalismo, que, de acordo com Abrantes (2018):

O neoliberalismo é um modelo socioeconômico criado durante a década de 1970, na Europa, e baseado no liberalismo clássico. Em outras palavras, trata-se de uma teoria econômica para orientar as políticas baseadas no capitalismo. Os neoliberais, de uma forma geral

pregam que para uma sociedade ter progresso econômico, é preciso que o Estado não interfira na economia, o chamado “Estado Mínimo”. Eles defendem a privatização das empresas estatais, o fim das políticas sociais, o incentivo a competitividade internacional, entre outras coisas.

Com o neoliberalismo tem-se uma mercantilização de tudo, inclusive, da educação de forma mais intensa, que buscava atender aos interesses do capital. Tem-se o desmonte da garantia dos direitos sociais devido a necessidade de expansão do capital no plano mundial. De acordo com Barbosa (2015, p. 136):

Neste contexto, a educação passou a ter papel decisivo na agenda neoliberal. Os organismos internacionais passaram a intervir, fortemente, no sistema educacional, na formação de indivíduos para o trabalho, com uma diretriz meramente tecnológica e utilizando a educação como meio para a perpetuação do neoliberalismo, como forma de organização social por meio da livre iniciativa do mercado.

Nessa conjuntura de 1990, faz-se necessário lembrar a aprovação da nova LDB, Lei nº 9.394/96, como marco da descentralização administrativa do sistema e da autonomia da escola. Ainda segundo Barbosa (2015, p. 136) essa Lei prevê:

[...] gestão democrática do ensino por meio da descentralização administrativa do sistema e da autonomia da escola, bem como da universidade; determina a redistribuição e o compartilhamento de responsabilidades das três esferas do governo em relação aos sistemas de ensino [...].

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação vem para reafirmar o direito a educação, garantido pela Constituição Federal de 1988. A LDB estabelece os princípios básicos da educação e os deveres do Estado em relação a educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Segundo a LDB 9.394/96, a educação brasileira é dividida em dois níveis: a educação básica e o ensino superior. Além disso, aborda temas como os recursos financeiros e a formação dos profissionais da educação.

O setor educacional constitui-se como mais um ramo para a exploração capitalista, tida como uma possibilidade de alívio da pobreza e

desenvolvimento para os países subdesenvolvidos. Para isso, Pereira (2008, p.65) afirma que:

A partir da década de 1990 desenvolveu-se uma forte defesa, por parte dos organismos internacionais, pela universalização do ensino fundamental, majoritariamente sob a responsabilidade estatal, mas também aberto a um mercado altamente lucrativo, enquanto prescrevia-se a necessidade de diversificação de financiamento (o que significava a participação ampliada do setor privado) no ensino superior, um campo aberto para o capital privado nacional e internacional, com um público-alvo (as camadas médias e altas) que supostamente poderia arcar com os custos desse nível de educação.

Essa necessidade de abertura do setor educacional, em especial do ensino médio, para exploração privada se deu devido o capital expandir mercados, resultando em um processo de avanço dos interesses privados na área educacional.

Na área educacional, o/a profissional trabalha, em especial, com o estudante. Realiza a articulação entre aluno ou adolescente, escola e família, mantendo e criando novos laços durante o processo. De acordo com o CFESS (2001, p. 12):

Outra contribuição fundamental a ser dada pelo profissional de Serviço Social esta especialmente vinculada a proporcionar o devido encaminhamento aos serviços sociais e assistenciais, que muitas vezes são necessários aos alunos da rede publica que apresentam dificuldades financeiras, contribuindo para efetivação do seu direito a educação.

Além disso, identifica a natureza das demandas que se apresentam na instituição educacional e como essas demandas se apresentam ao assistente social. Da mesma forma, para Barbosa (2015, p. 148):

As demandas como evasão, repetência, analfabetismo, entre outras, quando atendidas pelos programas e projetos, apresentam-se ao assistente social na forma de requisições, e esse profissional é então requisitado para desenvolver um trabalho socioeducativo e político com os alunos, a família e a comunidade.

As ações mais decorrentes são as de aproximação da família com a unidade educacional, o apoio a participação e também ao acompanhamento das famílias no processo educacional, debatendo e discutindo assuntos,

necessidades e demandas pertinentes ao cotidiano dessas crianças e/ou adolescentes.

De acordo com Iris de Lima Souza (2005), pode-se dizer que:

A ação do Serviço Social vem apoiar-se como agente de ligação entre o lar (a família), a sociedade e a escola para dar unidade e ação educacional, criando um conjunto de medidas de ajuda as famílias através do provimento de necessidades básicas de subsistência, de vida higiênica e sadia.

A implantação do Serviço Social na escola pública tem como objetivo o atendimento aos educandos, de sua família e da comunidade, promovendo uma articulação entre escola e comunidade. Assim,

O Serviço Social terá, dentre suas relevantes funções, as atribuições de analisar diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos, nas escolas frequentadas por estes, objetivando atuar nestas questões preventivamente, de forma a saná-las ou atenuá-las. (CFESS, 2001, p. 22).

O/ A Assistente Social deve, conhecer a realidade em que o estudante está inserido. Para tanto, sabe-se que, a intervenção profissional do assistente social é constituída de diferentes dimensões, dentre elas, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Logo, essas dimensões constituem uma relação entre si, onde, devemos impreterivelmente pensar os processos de trabalho em que elas estejam unidas. É importante dizer que a dimensão técnico-operativa expressa as demais dimensões e que, os instrumentos e técnicas são um dos elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa. Segundo Barbosa (2015, p. 154) cabe mencionar que,

A inserção do Serviço Social na educação se dá na contradição entre o reconhecimento e a institucionalização do direito a educação e o não acesso e a não permanência dos alunos na escola. É nesse processo contraditório que as demandas se apresentam na instituição, configuradas para o profissional como requisições técnico-operativas e político-ideológicas. Desse modo, a inserção do assistente social na educação (uma demanda social já institucionalizada), que presta serviços sociais e benefícios sociais através de programas e projetos, os quais resultam em outras demandas nesse espaço.

Como instrumentais técnico-operativos, após atuação em campo de estágio, ressaltamos a visita domiciliar, observação, entrevista, relatório e

parecer técnico, podendo, realizar diagnósticos, intervir, modificar e fortalecer a relação aluno, escola e família.

Como instrumentais ético-políticos, entendemos ser o momento em que elegemos os valores que legitimam nossa profissão, ou seja, o Assistente Social não pode ser neutro. Entendemos que, instrumentais técnico-operativos, são as finalidades que determinam o modo de atuar e a escolha por alternativas, isto é, o profissional deve conhecer e apropriar-se do conjunto de habilidades técnicas para atendimento da população ou instituição em que está inserido. De acordo com Marcomim (2016, p. 52):

Esta competência diz respeito à série de conhecimentos e competências necessários para a utilização de instrumentos operativos com vistas à ação. Deve ter habilidades que permitam uma atuação crítica e eficaz nas intervenções junto à população, às organizações; enfim, em seu ambiente de trabalho.

Já os instrumentais teórico-metodológicos são as diferentes teorias que contribuem com o conhecimento da realidade em uma determinada intervenção. Esta dimensão fornece ao profissional um ângulo de análise e leitura dos processos sociais, para que consiga compreender o significado social da ação. De acordo com Marcomim (2016, p. 53):

As grandes fontes do pensamento social devem constituir material de busca e pesquisa, que estarão contribuindo para o exercício profissional. Torna-se imprescindível uma fundamentação teórico-metodológica como um caminho necessário para a inovação do exercício profissional. Sugere a autora o domínio da teoria social crítica, a aproximação a realidade, a participação política e um embasamento técnico-operativo que permita o alcance de novos rumos na atuação profissional.

É importante ressaltar o papel fundamental que a família possui nessa articulação, sendo ela, um direito fundamental de toda e qualquer criança ou adolescente. Lembrando que, o vínculo familiar deve ser preservado, fortalecido e restaurado, em casos de rompimento, para que o direito a convivência familiar e comunitária seja de grande relevância a esta criança ou adolescente.

A respeito disso, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006, p. 19) afirma que:

Crianças e adolescentes tem o direito a uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pela sociedade e pelo Estado. Nas situações de risco e enfraquecimento desses vínculos familiares, as estratégias de atendimento deverão esgotar as possibilidades de preservação dos mesmos, aliando o apoio socioeconômico a elaboração de novas formas de interação e referências afetivas.

A Constituição Federal estabelece que “a família é a base da sociedade” (Art. 226) e que, portanto, compete a ela, juntamente com o Estado, a sociedade em geral e as comunidades, “assegurar a criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais” (Art. 227).

O Estatuto da Criança e do Adolescente elaborado em 1990 tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e dos adolescentes. No artigo 19, define que:

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Desde o seu nascimento, pode-se dizer que, a família é o principal núcleo de socialização da criança, seus primeiros anos de vida são permeados pela dependência do ambiente em que vivem e dos seus pais, aqueles que cuidam. Por isso, a relação com seus pais, para sua constituição como sujeito e desenvolvimento afetivo é fundamental. A família é quem mediará sua relação com o mundo e poderá auxiliá-la a respeitar regras, limites e proibições necessárias para a vida em sociedade.

O capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente trata no artigo 53, em sua totalidade, sobre o Direito à Educação, a Cultura, ao Esporte e ao Lazer. “A criança e o adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Para isso, devem-se levar em conta alguns aspectos fundamentais que interferem diretamente neste direito, como por exemplo, igualdade de condições de acesso e permanência na escola, diferenças regionais, renda e origem étnica.

De acordo com Oliveira (2006, p. 29) “as escolas perderam o vínculo com a comunidade e acabaram incorporadas á violência cotidiana do espaço urbano. Enfim, deixaram de ser o porto seguro para os adolescentes.”. A autora cita em seu livro uma das pesquisas realizadas no país, a Pesquisa Nacional Sobre Violência, Aids e Drogas que resultou em um livro publicado pela UNESCO, em 2002, Violência nas Escolas. O livro aponta um conjunto de fatores como provável causa da violência no contexto escolar.

[...] a violência escolar sempre resulta da interseção de três conjuntos de variáveis independentes: o institucional (escola e família), o social (sexo, cor, emprego, origem sócio espacial, religião, escolaridade dos pais, status socioeconômico) e o comportamental (informação, sociabilidade, atitudes e opiniões). (OLIVEIRA, HELENA 2006, p. 29)

A pesquisa da UNESCO revela aspectos reais do contexto violento vivenciado pelas escolas. Segundo os alunos e membros do corpo pedagógico, é no arredor da instituição que mais ocorrem situações de violência. Entre os problemas destacados no entorno, ganha destaque, a insegurança no transito, o acesso à bebida alcoólica, a falta de segurança, e a formação de gangues ou trafico de drogas no espaço escolar ou na sua proximidade. (OLIVEIRA, HELENA, 2006, p. 32)

É nesse cenário de descontentamento por parte dos alunos/as e de garantia de direitos, não só da criança e do adolescente, como também na vulnerabilidade da família que o/a Assistente Social desenvolve seu trabalho. Logo, de acordo com o CFESS (2001, p. 12):

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. estas se constituem em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (educadores, assistentes sociais, psicólogos, entre outros) pela família e dirigentes governamentais, possibilitando conseqüentemente uma ação mais efetiva.

Essas crianças e adolescentes tem, assim como todos, o direito à convivência familiar e comunitária e escolar, logo, para que esse direito não seja violado, são necessárias ações que promovam o acesso aos serviços essenciais e o desenvolvimento de políticas sociais que ofereçam apoio à família ou responsáveis.

Segundo Barbosa (2015, p. 154),

Tendo em vista a articulação que essa profissão tem com os projetos das classes subalternas, consagrado no seu projeto ético-político, o Serviço Social na educação pode contribuir no sentido de garantir uma educação mais democrática, bem como acesso a educação, direito este conferido pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela LDB e pelo PNE.

Vale ressaltar que a atuação do/a Assistente Social é baseada na ideia de fazer com que os/as estudantes conquistem sua emancipação, estando atrelada a ideia de ação da escola, que busca a inclusão social, a formação política, econômica e social destes indivíduos. Para isto, Barbosa (2015, p.17) diz que:

[...] a importância da atuação do Serviço Social na política de educação, mostra que sua possível inserção nessa área não se deve apenas a sua contribuição, porquanto sua contribuição é visível em todas as áreas de sua atuação, mas também relacionado a historicidade na formação de uma demanda social de educação e sua reivindicação posta pela classe trabalhadora, que pôs em destaque demandas institucionais que exigiram a atuação de profissionais habilitados para respondê-las.

Logo, entendemos que, a importância do Serviço Social estar inserido nas escolas contribui para o debate de legitimidade legal do Serviço Social na educação, recuperando fatores importantes para fortalecer a luta enquanto categoria. Para, além disso, a nova identidade que a profissão assume, impulsionada pelo processo de ruptura com o conservadorismo, redirecionando sua prática profissional a favor da classe trabalhadora, faz com que se crie um pensamento revolucionário, crítico e reflexivo que desconstrói e constrói ideias no âmbito do fazer profissional.

Por fim, destacamos a necessidade de o/a profissional trabalhar e buscar fundamentar sua atuação, na área educacional, voltado para intervenções teoricamente fundamentadas e escolhas políticas que considerem

uma postura ética e um projeto de classe que vise a defesa dos interesses da classe trabalhadora, os direitos sociais, tendo na realidade a mediação necessária para responder as demandas postas pela classe menos favorecida e suas requisições profissionais.

4. A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO REALIZADO NO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

O presente capítulo trata da experiência de estágio curricular realizada no Colégio Nossa Senhora de Fátima, durante o Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, no ano de 2018 e 2019. Busca retratar a inserção, o planejamento, as observações, as atividades, as avaliações e o levantamento de dados e informações realizadas pelo/a estagiário/a no Colégio Nossa Senhora de Fátima e também, no Colégio Nossa Senhora do Cenáculo. Para tanto, foram realizadas leituras, reflexões e discussões sobre a atuação do Assistente Social na área educacional, e em especial, nas duas instituições citadas anteriormente. Além disso, dada a vivência na instituição, analisou-se a possibilidade de elaboração de um levantamento de dados, que trata de analisar o perfil socioeconômico dos estudantes bolsistas do Colégio Nossa Senhora de Fátima, juntamente com o Colégio Nossa Senhora do Cenáculo. O trabalho traz descrições das ações realizadas nas escolas, além de reflexões sobre os métodos e práticas utilizados durante o processo de estágio, e, também, os resultados obtidos.

4.1. A caracterização das escolas Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora do Cenáculo

Será feito um breve apanhado histórico e caracterização, em um primeiro momento do Colégio Nossa Senhora de Fátima, localizado em Santa Maria, e após isso, da Escola Nossa Senhora do Cenáculo, situada em Porto Alegre, baseado nas informações colhidas em campo, durante a realização dos estágios I e II, e site institucional. Busca-se, através deste capítulo descrever desde a origem, percurso e construção destas instituições e o que elas possuem como objetivos. Para, além disso, abordaremos os valores e as propostas que as instituições têm como parte fundamental para a realização do seu trabalho educacional.

4.1.1. A caracterização da escola Nossa Senhora de Fátima

O Colégio Nossa Senhora de Fátima, localiza-se na Avenida Presidente Vargas, 1449, na cidade de Santa Maria. A instituição foi criada pelas Irmãs Palotinas, vindas do município de Faxinal do Soturno no ano de 1951. Chegaram a Santa Maria com a finalidade de aprimorarem sua formação intelectual e espiritual e iniciarem um trabalho educacional neste município.

Inspiradas no fundador S. Vicente Palotti, em 1952, surge então à ideia da criação de uma escola primaria, com apenas vinte alunos. As Irmãs Palotinas sempre buscaram imprimir no seu trabalho, desde a fundação da primeira escola, valores como confiança, liberdade, e caridade, considerando cada aluno em especial, respeitando sua individualidade e motivando-os sempre na busca permanente de conhecimento e na formação de valores.

Durante o seu percurso a escola passou por muitas transformações e em 1995, conseguiu junto ao Conselho Estadual da Educação, autorização para o funcionamento do 2º Grau, concedido sob o parecer nº 1194/95, passando a ser chamada de Escola de 1º e 2º Graus Nossa Senhora de Fátima, possuindo uma ampla e eficiente equipe de professores.

Os alunos sempre tiveram muitas opções para desenvolverem suas potencialidades, tendo a disposição aulas de dança, inglês, canto, escolinhas de esporte, coral e informática. Em 1996, a escola inaugurou o Ginásio de Esportes Nossa Senhora de Fátima, proporcionando amplo e adequado espaço para realização de atividades físicas e, em 1997, inaugurava o prédio próprio para Educação Infantil.

O Colégio Nossa Senhora de Fátima possui o lema: Educação e Humanização. Logo, propõe-se a educar com base no Evangelho, valorizando a pessoa humana e embasando sua Pedagogia nos Princípios Palotinos de Educação: Confiança, liberdade, caridade e unidade.

Tem como objetivo, possibilitar ao aluno a construção e apropriação do conhecimento através de uma aprendizagem significativa e contextualizada, onde o aluno seja capaz de desenvolver a capacidade de posicionar-se frente às questões do cotidiano, compreendendo a realidade e exercendo a cidadania.

É importante ressaltar que a instituição preza pelas construções afetivas, sociais e cognitivas, na construção do sujeito na sua totalidade, respeitando a individualidade e particularidades de cada um, trabalhando junto à família. Contudo, a instituição possui mais de sessenta anos, e atende aproximadamente mil e quinhentos alunos, acreditando sempre que o verdadeiro significado da aprendizagem é a vida.

No que diz respeito à infraestrutura da instituição, possui seis andares, contanto a partir do subsolo, que dispõe de quatro blocos; o primeiro andar, composto por dois blocos; o segundo andar, composto por dois blocos; o terceiro andar, composto por dois blocos; o quarto andar, composto por seis blocos, sendo o mais extenso; o quinto andar, composto por três blocos e o sexto andar, composto por dois blocos.

Além disso, durante a realização do estágio, durante o ano de 2019, dispõem de um total de duzentos e setenta funcionários, sendo estes, professores, secretários, responsáveis pelo setor administrativo, funcionários da limpeza, guardas, coordenadores educacionais dos anos iniciais e finais, direção e vice-direção, funcionários do marketing, recursos humanos, assistente social, recepcionistas, entre outros.

A instituição possui pátio coberto; quadra sintética; sala de manutenção; laboratório de ciências; cozinha; refeitório; dois depósitos; salão nobre; ginásio; trinta e quatro salas de aula; quadra de esportes; bar; salão Azul Vicente Pallotti; elevador; laboratório de informática; sala de costura; lavanderia; sala de pilates, brinquedos, tablets, música, judô, ballet, jazz e sala do conto; Xerox, biblioteca; capela; duas salas de reuniões; vice-direção; marketing; assistente social; secretaria; tesouraria; RH; direção; duas salas de espera; orientação educacional, coordenação anos finais e iniciais; duas salas de apoio; uma sala para turno inverso; arquivo; vestiário feminino e masculino e por fim, a sala dos brigadistas.

Sobre os serviços que a instituição oferece, podemos citar os diferentes níveis de ensino, dentre eles, berçário, educação infantil, ensino fundamental anos iniciais, ensino fundamental anos finais, ensino médio e turno inverso.

O berçário compreende crianças de quatro meses a dois anos, no turno da manhã, tarde ou integral. A educação infantil compreende crianças desde os dois anos completos até os seis anos incompletos, no turno da manhã, tarde ou

integral estendido até às dezenove horas mediante pagamento taxa extra. O Ensino Fundamental anos iniciais compreende turmas do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental de nove anos. O Ensino Fundamental anos finais compreende turmas do sexto ao nono ano. O Ensino Médio compreende turmas do primeiro ao terceiro ano. O Turno Inverso educação Infantil ou anos iniciais é disponibilizado as famílias onde os pais trabalham, não usufruindo tempo suficiente para permanecer com as crianças, podendo deixar seus filhos num local seguro orientados por profissionais comprometidos que contribuem no aprendizado das crianças. De acordo com a proposta pedagógica do colégio, o turno inverso surgiu com uma proposta diferenciada e o intuito de oferecer as crianças o espaço escolar como um local para as vivências de inúmeras aprendizagens em tempo ampliado. As crianças frequentam aulas regulares no turno da manhã e tarde e realizam atividades adicionais no turno contrário ao de aula, contando com espaços diversificados para vivências engrandecedoras.

O aluno tem a opção de permanecer na escola para o almoço. A refeição tem um cardápio orientado por nutricionista e, desde a implantação deste projeto o colégio acompanha o crescimento de seus alunos, o que evidencia na autonomia percebida dia a dia.

4.1.2. A caracterização da Escola Nossa Senhora do Cenáculo

A Escola Nossa Senhora do Cenáculo localiza-se na Viela São Brás 17 - Passo d'Areia, na cidade de Porto Alegre. A instituição se originou no início da segunda metade da década de 1950, onde as Irmãs Palotinas iniciaram, a convite do Padre Alfredo Venturini, a condução de um trabalho educacional para uma pequena turma de Jardim de Infância em sua própria casa. Em março de 1953, como o nome de Sociedade Beneficente e Escolar Nossa Senhora de Fátima em colaboração com o SESI, que mantinha trabalhos de assistência junto a Igreja Nossa Senhora de Fátima, sita à Rua Napoleão Laureano S/N começou a funcionar a primeira série do Ensino Fundamental, na Sacristia da Igreja Nossa Senhora de Fátima. Após a Escola teve sua sede própria, construída em madeira e de dois pisos. Como homenagem ao Construtor da Vila IAPI a Escola passou a chamar-se Dr. Edmundo Gardolinski.

Desde a sua fundação, a Escola foi desempenhando sua missão com muitos desafios e dificuldades, mas também com muitas vitórias e alegrias. No ano de 1969 teve início às obras do prédio onde funciona hoje a Escola Nossa Senhora do Cenáculo, concluída no ano de 1980. A construção com o passar do tempo foi se ampliando até dos dias de hoje. A medida que a construção do novo prédio evoluía, as atividades e a atuação da escola se expandiam, em 1974 haviam turmas de jardim de infância à 5ª série, em 1975, a 6ª série foi implementada, e a partir de 1976 a 7ª e a 8ª séries. O pequeno projeto, que dera seus primeiros passos mais de vinte anos, agora estava concretizado, e a escola podia finalmente oferecer a comunidade e seus alunos, o primeiro grau completo (ensino fundamental).

Nos anos de 1990, a Escola passou por uma análise institucional da mantenedora, e após 1997 diante dos desafios que se foram apresentados e da filosofia da mesma, a Escola passou-se a chamar Escola Nossa Senhora do Cenáculo.

Dentre os objetivos do estabelecimento de ensino está o de criar um clima favorável à vivência cristã, formando na comunidade educativa um ambiente de solidariedade humana, onde a pessoa possa crescer e desenvolver suas potencialidades, através de uma aprendizagem significativa, que contemple temáticas contemporâneas, permitindo uma reflexão crítica sobre as mesmas e a formação de consciência e cidadania, tendo cada nível de ensino seus objetivos específicos.

Como Escola Palotina, ao fazer parte da Comunidade Educativa Nossa Senhora do Cenáculo, seus colaboradores passam a integrar valores que podem ser repassados. Os valores norteadores da Educação Palotina: Confiança, Liberdade, Caridade e Unidade, contribuem na construção de uma sociedade mais humana e libertadora. A certeza do caminho é a transformação da realidade, cujos sinais são novas relações de fraternidade, partilha, liberdade e justiça.

A instituição é relativamente menor quanto à infraestrutura, em relação ao Colégio Nossa Senhora de Fátima. Possui como níveis de ensino, educação infantil, ensino fundamental- anos iniciais e ensino fundamental- anos finais. Logo, seu quadro de docentes e funcionários, durante a realização do estágio, no ano de 2019, também é menor, sendo dois professores para a educação

infantil; oito para o ensino fundamental I e um para o laboratório de aprendizagem; para o ensino fundamental II têm-se onze profissionais; no serviço de apoio educacional dois professores; no turno inverso têm-se três professores e mais três estagiários. A equipe administrativa é composta por doze profissionais que ocupam funções como exemplo, setor financeiro, secretaria, biblioteca, auxiliar administrativo, portaria, conservação e manutenção da escola, nutricionista e responsável pela cantina escolar que, assim como no Colégio Nossa Senhora de Fátima é terceirizada. A equipe diretiva é composta pela direção e vice-direção, coordenadora pedagógica e orientadora educacional.

Para além dessas definições de espaço físico e corpo docente, pode-se dizer que a Congregação do Apostolado Católico, composto pelo Colégio Nossa Senhora de Fátima e pela Escola Nossa Senhora do Cenáculo possuem um grande comprometimento com seus estudantes, onde busca desenvolver um vínculo de amizade, cidadania e garantia de direitos, estabelecendo um modelo de ensino atrelado a vivências cristãs, apresentando valores sociais importantes para o desenvolvimento de seus alunos, como por exemplo, a solidariedade humana.

Na cidade de Santa Maria, é conhecido como um dos melhores colégios para se estudar, tendo muitos de seus alunos ingressantes em cursos superiores, isso se dá devido a oportunidade de seus alunos desenvolverem a capacidade crítico-reflexiva, a discussão de temáticas contemporâneas entre outros, desenvolvendo uma aprendizagem significativa, em um espaço onde a escola compreende e entende os valores e necessidades de cada estudante.

4.2. Uso dos Instrumentais Técnico-Operativos.

A utilização dos instrumentais no cotidiano da prática profissional é um fator preponderante para o/a Assistente Social. Como todos os profissionais tem seus instrumentos de trabalho, e sendo o Assistente Social um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, necessita de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas essenciais para o seu exercício profissional. De acordo com Sarmiento (2013, p. 23):

Há que se fazer de forma competente um conjunto de procedimentos que sejam articulados entre si, isto é, técnicos (no sentido de saber fazer e conduzir tecnologia e conhecimentos); políticos (tomar posição e fazer escolhas na articulação de sujeitos e movimentos sociais); teóricos (capacidade de análise, compreensão e projeção); ético (não basta querer, é preciso saber o que se quer conhecer os fundamentos dos princípios e valores que norteiam nossas ações, tais como igualdade, justiça e liberdade).

Pensa-se que, colocar-se nos processos de trabalho, é também, pensar e construir meios para sua efetividade enquanto profissional, ou seja, posicionar-se e constituir instrumentos que possibilitem a execução das intenções projetadas. Para isto considera-se a criatividade e a crítica elementos essenciais durante o processo de construção nas várias ações, que o sujeito busca sua legitimidade profissional.

A instrumentalidade se resume a uma capacidade que o/a profissional, ao longo do exercício de sua profissão, adquire à medida que conquista ou concretiza seus objetivos. Para Guerra (2007, p.2):

[...] ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

A partir disso, entende-se que ao alterar o cotidiano profissional e o cotidiano dos indivíduos, representados pela classe social vulnerabilizada que demandam a intervenção desse profissional, o assistente social modifica as condições, os meios e os instrumentos existentes, transformando-os em condições, meios e instrumentos para o alcance dos seus objetivos profissionais. É assim que suas ações são portadoras de instrumentalidade.

Para a realização de suas ações, o profissional faz uso de algumas estratégias, como já foi dito linhas acima, dentro destas estratégias tem-se a instrumentalidade como ponto importante no alcance dos objetivos em que o profissional trabalha. Nesta direção, Santos (2013, p. 26) afirma que:

A dimensão técnico-operativa contém: existência de objetivos; busca pela efetivação desses objetivos; existência de condições objetivas e subjetivas para efetivação da finalidade. Requer conhecer os sujeitos da intervenção; as relações de poder, tanto horizontais quanto verticais; o perfil do usuário- natureza das demandas; o modo de vida dos usuários; as estratégias de sobrevivência; a análise e

aprimoramento das condições subjetivas; conhecimento das atribuições profissionais [...].

Os instrumentais técnico-operativos são técnicas, e/ou conjunto de estratégias utilizadas para operacionalizar a sua intervenção na realidade social dos indivíduos.

De acordo com Portes e Portes (2011), na medida em que o profissional concretiza seus objetivos, a profissão através da intencionalidade, constrói as repostas profissionais. É dessa forma que os assistentes sociais modificam, transformam e alteram as condições objetivas e subjetivas das relações sociais.

Trata-se também a instrumentalidade do exercício profissional como mediação, isto é, superar as ações residuais, isoladas, manipulatórias. Para Guerra (2007, p. 12)

Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa, e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em repostas profissionais.

Logo, entende-se que, devemos pensar a dimensão técnico-operativa atrelada às demais dimensões. Pois, segundo Portes e Portes (2011) a articulação entre as três dimensões garante ao profissional o uso e o manejo dos instrumentais “de forma ética, politizada e humanizada”. Ofício bastante desafiador nos dias atuais, em que o engessamento do olhar crítico, a apatia e a postura conservadora tomam conta dos dias, distribuindo no cotidiano e nas relações sociais, pessoais, institucionais, profissionais e familiares, repostas que não contribuem para a alteração da realidade social.

Dessa forma, no exercício profissional a dimensão técnico-operativo vem ganhando espaço na busca de se fazer a correção dos instrumentos e técnicas utilizados pela profissão no processo de intervenção profissional. Logo, para a realização deste trabalho foi necessário a utilização de instrumentais e técnicas que contribuíssem para a operacionalização e desenvolvimento da proposta de projeto dentro da instituição.

No contexto das atividades realizadas, como por exemplo, a análise das fichas socioeconômicas, a coleta das informações e a definição de todo o processo de concessão de bolsa, realizadas durante o estágio, nota-se que a visita domiciliar é essencial, visto que, é um instrumento técnico-operativo de suma importância na área do Serviço Social, facilitando a aproximação entre o profissional e a realidade do usuário. Tratando-se de uma prática investigativa, de acordo com Magalhães (2003, p. 54):

Visita-se com o objetivo de complementar dados, observar relações sociais em sua singularidade, no ambiente de convivência, seja este o lar, a escola ou outro espaço em que se efetivem as relações sociais do usuário [...].

A visita domiciliar é realizada de forma clara, mantendo diálogo entre a família e o profissional do Serviço Social, jamais de forma invasiva. Para Almeida, em sua publicação no site Web Artigos (2010):

A finalidade da visita domiciliar é específica, guiada por um planejamento ou roteiro preliminar. As visitas domiciliares têm a finalidade de fazer acompanhamento relacionado as condições de moradia, saúde, a fim de elaborar o relatório de visita domiciliar e emissão de parecer social.

Ressalta-se a importância de se ter em mente que cada família tem suas particularidades, estando ligados aos diferentes segmentos das classes sociais e, por meio disso, deve-se tomar cuidado com o juízo de valor. Isto é, devemos estar atentos/as conceitos que elaboramos, é preciso muito respeito ao efetuar uma visita domiciliar. Ao adentrar o domicílio do sujeito, deve-se ter em mente o quanto desconfortável essa pratica se torna para ele, pois, na maioria das vezes o profissional é uma pessoa estranha, que busca a criação de um vínculo. Conforme Prates (2003, p.4):

Sem dúvida, ao realizar-se, por exemplo, uma visita domiciliar, não serão observadas apenas as condições de vida dos sujeitos, mas procurar-se-á em apreender o seu modo de vida, expresso no cotidiano de sua vida familiar, comunitária, no seu trabalho, nas relações que estabelece, no significado que atribui a estas relações, na sua linguagem, representações, com vistas sempre a construção de novas sínteses.

A entrevista enquanto instrumento e estratégia possibilita para o profissional, conhecer a história de vida do sujeito, suas experiências, vivências e modo de vida. Tem como objetivo colher informações sobre o usuário. Conforme Maciel (2016, p. 67):

É um dos instrumentos mais utilizados pelo Serviço Social, estando presente ao longo da história da profissão, desde as primeiras produções acadêmicas como, O Diagnóstico Social, de Mary Richmond, de 1950. [...] a entrevista manteve alguns preceitos que continuam fazendo parte do seu arcabouço teórico-prático, como a necessidade de conhecimento, a intencionalidade e o respeito pelos sujeitos, dispositivos estes que a caracterizam dentro do modo de operacionalização do trabalho pelo assistente social.

Define-se entrevista como um instrumento de trabalho do Assistente Social capaz de criar vínculos, estabelecer contratos entre o profissional e o usuário, além de estabelecer uma relação profissional onde tanto quem entrevista quanto quem é entrevistado saem transformados após a troca de informações e conhecimentos. De acordo com Almeida (2010):

Técnica utilizada pelos profissionais do Serviço Social junto aos usuários para levantamento e registro de informações. Essa técnica visa compor a história de vida, definir procedimentos metodológicos, e colaborar no diagnóstico social.

A autora Jane Cruz Prates (2003), ao tratar destes instrumentais, se detém a uma perspectiva dialético-crítica de inspiração marxiana, isto é, a centralidade é atribuída a finalidade e não ao instrumental em si. Para a autora:

Numa entrevista, por exemplo, ao buscarmos conhecer a história de vida dos sujeitos, usuários, privilegiaremos não uma reconstituição cronológica, mas a história a partir de fatos significativos, contextualizados, na tentativa de realizar [...] um retorno ao passado que, reencontrado e reconstruído por sucessivas reflexões, volta mais aprofundado, libertado de suas limitações, superado, no sentido dialético.

A observação, enquanto instrumento atrelado aos demais, é fundamental e tem contribuído para a operacionalização de qualquer atividade realizada pelo Assistente Social, e está inclusa no processo da visita domiciliar, pois, por meio dela percebemos o fato que irá ajudar a decifrar a realidade da família. Para Magalhães (2003, p. 57):

O profissional pode entrevistar, realizar uma dinâmica de grupo, fazer uma reunião e utilizar todo o aparato técnico concernente a sua profissão. Porém, se não for um bom observador, só usará instrumentos técnicos, não poderá avaliar. Portanto a observação engloba toda a instrumentalidade, não é, sem si, uma técnica, no sentido lato da palavra, mas uma potencialidade a ser desenvolvida.

Logo, a observação no contexto da visita domiciliar atua como importante instrumento auxiliar no processo de decisão em que o profissional deve ter segurança sobre seus objetivos. Segundo Almeida (2010),

A observação é um instrumento importante em momentos de decisão em que o assistente social precisa ter segurança, fixando-se nos objetivos no qual se pretende alcançar.

Diz respeito a aquisição do conhecimento de uma determinada realidade por meio da observação e interação. Assim, Portes e Portes (2011, p.31) afirmam que:

Defendemos a assertiva de que a observação, assim como os demais instrumentos, está carregada de uma intencionalidade, ou seja, o uso desse instrumento no fazer profissional deve corresponder às necessidades de uma determinada realidade/demanda social. A escolha por esse instrumento não se dá de forma casual, o que se pretende fazer, o que se precisa conhecer.

Observar, no cotidiano das ações, é uma das formas mais usadas pelo ser humano para conhecer e compreender a realidade social em que determinado indivíduo vive e se relaciona. Para o Assistente Social, observar é ir além das aparências, do superficial, quando utilizada dessa maneira, configura-se em um instrumento capaz de traduzir as contradições presentes na vida cotidiana. Para Maciel (2006, p. 69):

Observar compreende o uso de todos os sentidos (audição, visão, tato e olfato), porém, em se tratando, da observação como um instrumento de trabalho do Serviço Social, essa adquire um caráter diferenciado. Isso ocorre, pois, na medida em que ele o observa também interage, estabelecendo uma relação social com os outros sujeitos.

Considerando a dimensão investigativa da profissão, acredita-se que a observação contribui de maneira significativa na busca da construção e compreensão do real, tanto para o profissional quanto para o usuário. Desse modo, é importante compreender o sujeito perante seu espaço e contexto sócio histórico, respeitando a cultura de cada um e a realidade social em que se encontram.

O relatório e parecer técnico, elaborados ao final de cada visita domiciliar, servem como relato ou descrição do que foi observado por nós, onde estará presente uma exposição da circunstância vivida, fatos ou objetos. Para Maciel (2006, p. 79):

Trata-se de uma elaboração técnica e teórica elaborada pelo Assistente Social, tendo como base dados então coletados. Sem o parecer, o relatório torna-se uma simples descrição dos fatos, visto que é por meio do parecer que o profissional se identifica, posicionando-se diante das situações verificadas na realidade social.

A descrição deve ser objetiva e apresentar os dados realmente significativos para a formação de juízo da situação, sem cansar o leitor. Conforme Magalhães (2003, p. 64):

Detalhes devem ser evitados, e o profissional precisa desenvolver a disciplina intelectual, no sentido de focar apenas o que é relevante para que os objetivos da avaliação sejam alcançados.

Portanto, os relatórios e pareceres de cada visita domiciliar tornam-se instrumentos de comunicação escritos, essenciais ao corpo de toda a avaliação, fazendo com que possamos relatar de forma crítica a realidade em que os usuários, nesse caso, as famílias dos alunos bolsistas se encontram.

Ainda sobre o relatório, Almeida (2010) afirma que:

É um documento de registro de informações, pesquisas, investigações, fatos. E que varia de acordo com o assunto e as finalidades. Os relatórios são bastante utilizados na prática profissional do Assistente Social por que serve como registro importante capaz de subsidiar decisões.

Logo, a instrumentalidade deve ser concebida como condição primordial na elaboração de qualquer processo de trabalho e ação profissional.

Considerando a prática e o uso dos instrumentais citados, e, entre outros, como condição capaz de possibilitar que o Assistente Social construa uma visão mais ampla da realidade social, compreendendo as interfaces desse contexto com o cotidiano dos sujeitos sociais com os quais atua/trabalha.

O conjunto de instrumentos que compõem a dimensão técnico-operativa do Serviço Social constitui-se como importante ferramenta onde, pode-se possibilitar o conhecimento, a aproximação e a intervenção na realidade cotidiana dos usuários.

4.3. Perfil Socioeconômico dos alunos bolsistas do Colégio Nossa Senhora de Fátima e da Escola Nossa Senhora do Cenáculo.

A ideia da realização do levantamento do perfil dos estudantes bolsistas das duas instituições se deu, após observação durante o estágio, primeiramente devido a possível hipótese e/ou suposição, referente a exacerbada vulnerabilidade e/ou extrema pobreza em que a Escola Nossa Senhora do Cenáculo, localizada em Porto Alegre, poderia se encontrar. Justifica-se também, no que diz respeito ao trabalho desenvolvido, desde o levantamento de dados e informações nas fichas socioeconômicas dos estudantes bolsistas, até a apresentação dos resultados para a instituição, e também, para, além disso, a importância de o Serviço Social estar realizando esse trabalho de busca, reflexão e comprovação de dados. E, para a instituição, enquanto contribuição, este trabalho vem a somar, visto que, até o momento não havia estudos que comprovassem ou delineassem o perfil dos estudantes bolsistas das duas instituições, visto que, a partir de agora, com a conclusão deste levantamento, novas estratégias podem ser criadas e tomadas perante as duas instituições.

Para a realização desta atividade de levantamento de dados e informações foi necessário primeiramente leitura em livros, revistas, artigos e leis relativos ao tema, sobre a atuação do Serviço Social na educação e o uso dos instrumentais técnico-operativos mais utilizados no período do estágio I e II. Identificando, através da coleta de informações nas fichas socioeconômicas dos estudantes bolsistas as expressões da questão social. O levantamento foi realizado com duzentos e cinco estudantes bolsistas do Colégio Nossa

Senhora de Fátima e, com duzentos e três estudantes bolsistas da Escola Nossa Senhora do Cenáculo.

A coleta de dados, por sua vez, expõe características dos estudantes bolsistas, como por exemplo, tipo de família, renda familiar, renda familiar per capita e qual a fonte de renda, se há, no grupo familiar, a ocorrência de doença crônica, tipo de moradia, grau de escolaridade dos pais e/ou responsáveis, entre outros. Estabelecendo correlações entre as duas instituições (Colégio Nossa Senhora de Fátima e Escola Nossa Senhora do Cenáculo), e, definindo o perfil socioeconômico de seus estudantes bolsistas.

Com o objetivo de expor o perfil sócio econômico dos estudantes bolsistas das duas instituições para a comissão responsável pela avaliação do processo de seleção de bolsas, foi realizada uma apresentação, que reuniu a comissão responsável pela análise dos resultados das bolsas de estudo da instituição, composta pelo setor financeiro, pela secretaria, diretora da instituição, assistente social e o setor de marketing da instituição, onde foi possível demonstrar que os estudantes bolsistas do Colégio Nossa Senhora de Fátima e os estudantes bolsistas da Escola Nossa Senhora do Cenáculo possuem praticamente o mesmo perfil socioeconômico. A apresentação com exibição em *power point*, abordou a atuação do Serviço Social na educação, e o uso dos instrumentais técnico-operativos utilizados durante o período de estágio I e II no Colégio Nossa Senhora de Fátima. Primeiramente foi necessário expor, historicamente, como o Serviço Social se originou, desde seu início, no período entre 1930 a 1945, com o surgimento da profissão no Brasil. Ressaltando suas influências, o aparecimento do capitalismo e as mudanças ocorridas na época.

Sendo de extrema importância, no contexto do levantamento, conceituar questão social como sendo objeto de trabalho do Assistente Social, segundo lamamoto (2005). A atuação do profissional, pautada na ética, profissionalismo e respeito aos usuários, mantendo olhar crítico frente à realidade cotidiana.

Demonstra-se qual o papel desempenhado por ele na equipe multidisciplinar das instituições privadas, suas funções, contribuições e importância na identificação das expressões da questão social que permeiam esta área. Salienta-se a Lei Federal nº12.101/2009(Lei da Filantropia), que estabelece a inclusão de profissionais em Serviço Social em equipe

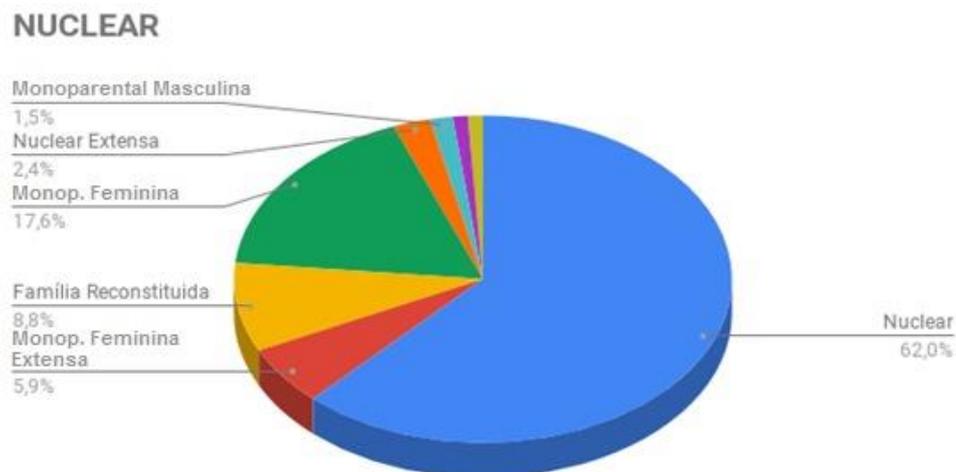
multidisciplinar de instituições privadas, realizando estudos socioeconômicos, a fins de benefício e serviços sociais.

Neste contexto, de como o Assistente Social atua na educação e levando em conta os instrumentais técnico-operativos utilizados durante o período de estágio II, conceituam-se instrumentais como, por exemplo, a entrevista, observação, visita domiciliar, pareceres e relatórios. Após, foi feita a exposição e análise dos gráficos obtidos por meio do levantamento de dados das duas instituições (Colégio Nossa Senhora de Fátima e Escola Nossa Senhora do Cenáculo).

Fundamentado neste levantamento de dados, novas estratégias, ações e projetos podem ser criados pelas duas instituições e também, tem-se a possibilidade de o trabalho do/a assistente social tornar-se mais efetivo, visto que, a partir de agora possui informações a cerca de cada estudante bolsista e de seu grupo familiar.

Os resultados obtidos estão dispostos em gráficos, como dito linhas acima, e a interpretação pertinente a cada um estará disposta abaixo de cada figura.

Gráfico 01 - Tipo de família - Colégio Nossa Senhora de Fátima



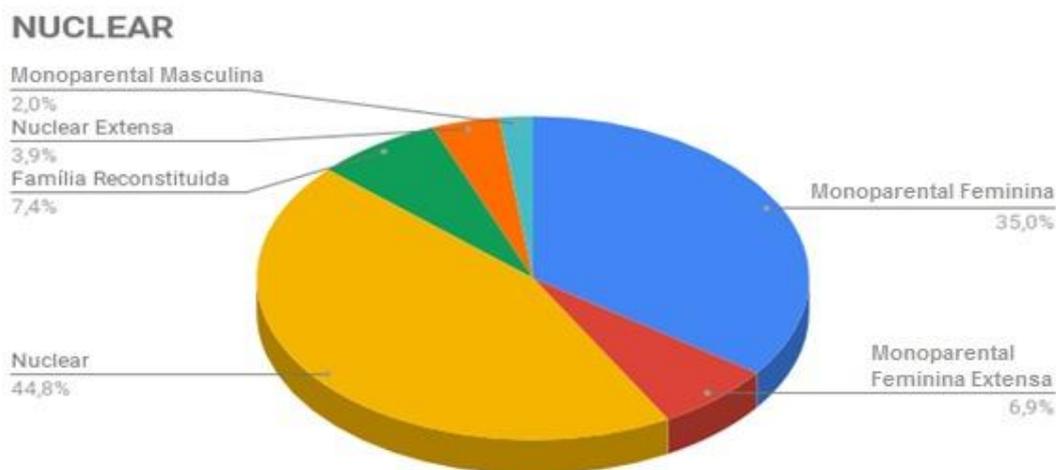
Fonte: sistematização da autora (2019).

Observa-se que a família nuclear detém 62,0%, 17,6% compõem a família monoparental feminina; 8,8% compõem a família reconstituída; 5,9%

compõem a família monoparental feminina extensa; 2,4% compõem a família nuclear extensa; monoparental masculina é composta por 1,5%, e as duas menores partes, com 1,0% cada compõem as famílias adotiva temporária e monoparental masculina extensa.

Os dados revelam que, dada a totalidade de estudantes bolsistas da instituição, a maioria é composta pela família com pais presentes, logo após observa-se a prevalência do tipo de família em que apenas um dos pais é o responsável, neste caso a mãe, em terceiro temos a família reconstituída, onde a mãe ou pai reconstituem família com outro indivíduo, após, verifica-se uma pequena parcela de estudantes em que a família é composta, além dos pais, por tios e/ou avós residindo na mesma casa, com uma pequena quantidade tem-se o tipo de família onde o estudante mora apenas com o pai e, por fim, tem-se as famílias adotiva temporária e a monoparental masculina extensa, onde, a primeira é responsável pela criança por tempo determinado e a segunda a criança reside com o pai, tios e/ou avós.

Gráfico 02 - Tipo de família - Escola Nossa Senhora do Cenáculo



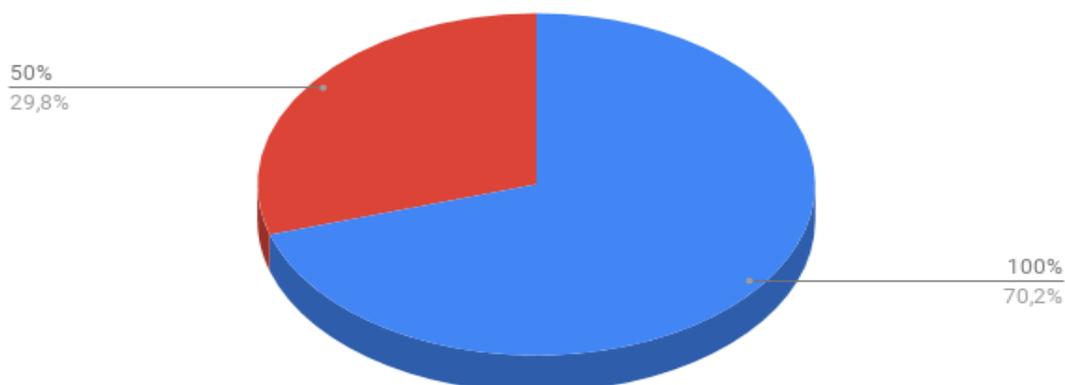
Fonte: sistematização da autora (2019).

Vimos que 44,8% compõe a família nuclear; 35,0% compõem a família monoparental feminina; 7,4% família reconstituída; 6,9% família monoparental feminina extensa; 3,9% família nuclear extensa; 2,0% compõem a família monoparental masculina.

Os dados nos mostram que a família nuclear compõe a maior parte das famílias de estudantes bolsistas, sendo a família monoparental feminina, onde tem-se a presença da mãe apenas, em segundo lugar, após, temos a família reconstituída, a monoparental feminina extensa, onde, além da mãe como responsável, residem com o estudante, os tios e/os avós. Depois disso, temos a família nuclear extensa, onde, além dos pais, tem-se a presença dos avós e/ou tios e por fim, tem-se a família monoparental masculina, em que o estudante reside apenas com o pai.

Gráfico 03 – Bolsa de estudo - Colégio Nossa Senhora de Fátima

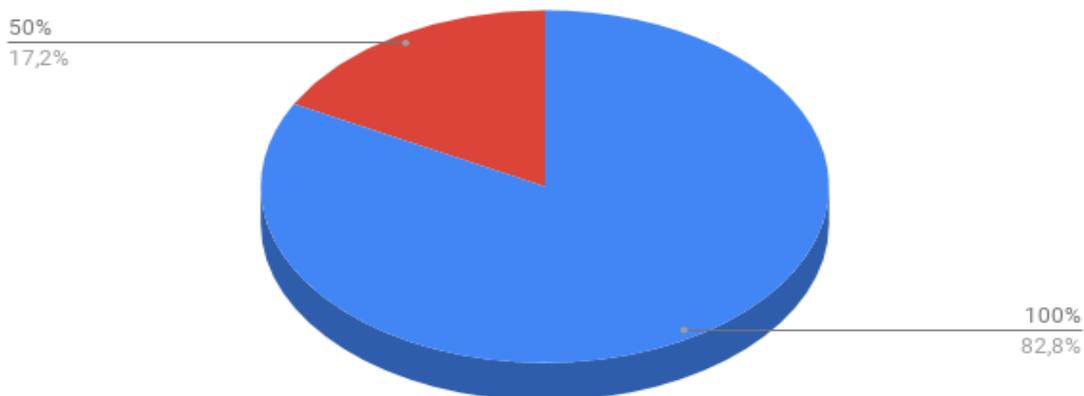
BOLSAS DE ESTUDO



Fonte: sistematização da autora (2019).

Observa-se que, no Colégio Nossa Senhora de Fátima, 70,2% dos alunos bolsistas possuem 100% de bolsa de estudo, enquanto 29,8% contam com 50% de bolsa. É possível visualizar que a maioria dos estudantes possui gratuidade, e uma pequena parcela possui bolsa de estudo parcial.

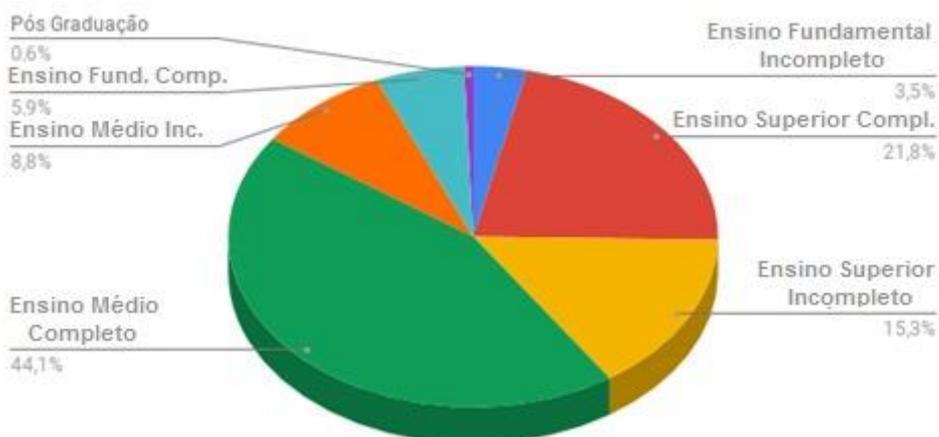
Gráfico 04 - Bolsa de estudo - Escola Nossa Senhora do Cenáculo

BOLSAS DE ESTUDO

Fonte: sistematização da autora (2019).

Reflete-se, a partir disso, na Escola Nossa Senhora do Cenáculo, a gratuidade (100%) atinge 82,8% dos alunos, enquanto as bolsas parciais (50%) atingem 17,2% dos alunos bolsistas. Os dados mostram que a maioria dos estudantes da instituição tem gratuidade e uma pequena parcela possui bolsa de estudo parcial.

Gráfico 05 – Escolaridade do Pai - Colégio Nossa Senhora de Fátima

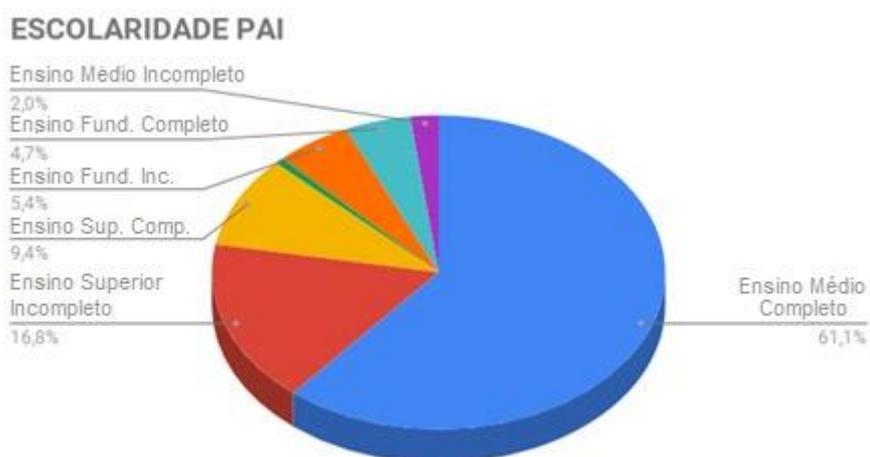
ESCOLARIDADE PAI

Fonte: sistematização da autora (2019).

Observa-se que, no Colégio Nossa Senhora do Cenáculo, 44,1% dos pais possui ensino médio completo; 21,8% possui ensino superior completo; 15,3% possui ensino superior incompleto; 8,8% possui ensino médio incompleto; 5,9% possui ensino fundamental completo; 3,5% possui ensino fundamental incompleto e, 0,6% possui pós-graduação.

Os dados revelam que, a maioria dos pais dos estudantes bolsistas do Colégio Fátima tem como escolaridade o ensino médio completo, seguidos por uma parcela de pais com ensino superior completo e, logo após a parcela de pais que não concluíram o ensino superior.

Gráfico 06 – Escolaridade do Pai – Escola Nossa Senhora do Cenáculo

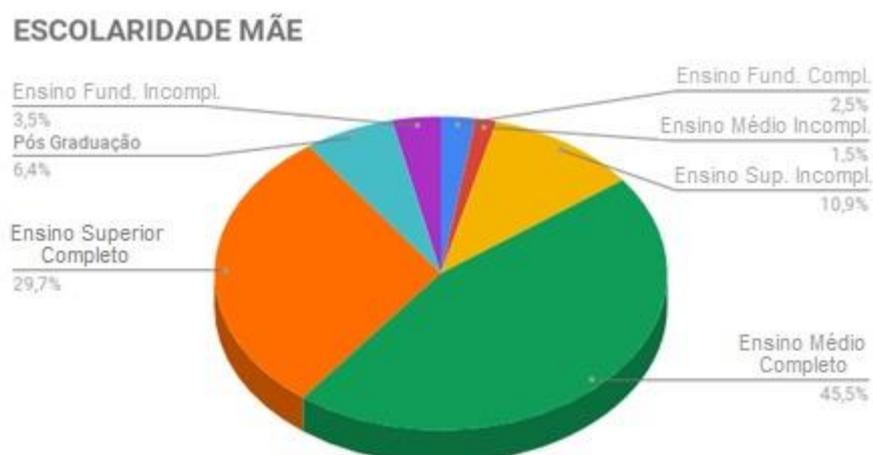


Fonte: sistematização da autora (2019).

Examina-se que, na Escola Nossa Senhora do Cenáculo, 61,1% dos pais possui ensino médio completo; 16,8% possui ensino superior incompleto; 9,4% possui ensino superior completo; 5,4% possui ensino fundamental incompleto; 4,7% possui ensino fundamental completo; 2,0% possui ensino médio incompleto e, 0,7% possui pós-graduação.

Os dados evidenciam que, a escolaridade do pai, na Escola Nossa Senhora do Cenáculo é composta pela maioria dos pais com ensino médio completo, seguidos pelo ensino superior incompleto, superior completo, fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio incompleto e por fim, os pais que possuem pós-graduação.

Gráfico 07- Escolaridade da Mãe- Colégio Nossa Senhora de Fátima

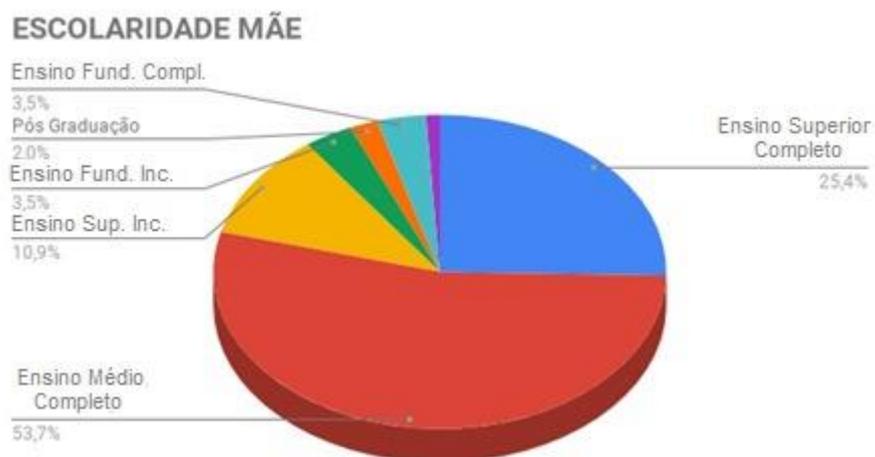


Fonte: sistematização da autora (2019).

Identifica-se que, no Colégio Nossa Senhora de Fátima, 45,5% possui ensino médio completo; 29,70% possui ensino superior completo; 10,90% possui ensino superior incompleto; 6,4% possui pós-graduação; 3,5 possui ensino fundamental incompleto; 2,5% possuem ensino fundamental completo e 1,5% possui ensino médio incompleto.

Os dados explicam que, a maioria das mães possui o ensino médio completo, tendo uma segunda parcela o ensino superior completo e uma quantia menos significativa o ensino superior incompleto. Tem-se uma quantia com pós-graduação e as menores taxas são as de ensino fundamental, e médios incompletos.

Gráfico 08- Escolaridade da Mãe- Escola Nossa Senhora do Cenáculo

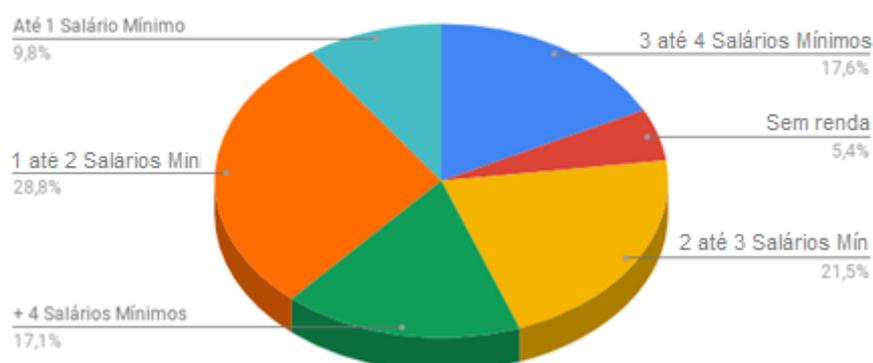


Fonte: sistematização da autora (2019).

Constata-se que, na Escola Nossa Senhora do Cenáculo, 53,7% possui ensino médio completo; 25,4% possui ensino superior completo; 10,9% possui ensino superior incompleto; 3,5% possui ensino fundamental completo e incompleto; 2,0% possui pós-graduação e 1,0% possui ensino médio incompleto.

Os dados refletem que, a maioria das mães possuem o ensino médio completo, seguidas de uma segunda taxa que possui o ensino superior completo, enquanto as taxas de ensino fundamental e médio incompletos são as menores, não esquecendo da pós-graduação.

Gráfico 09- Renda do Responsável 01- Colégio Nossa Senhora de Fátima

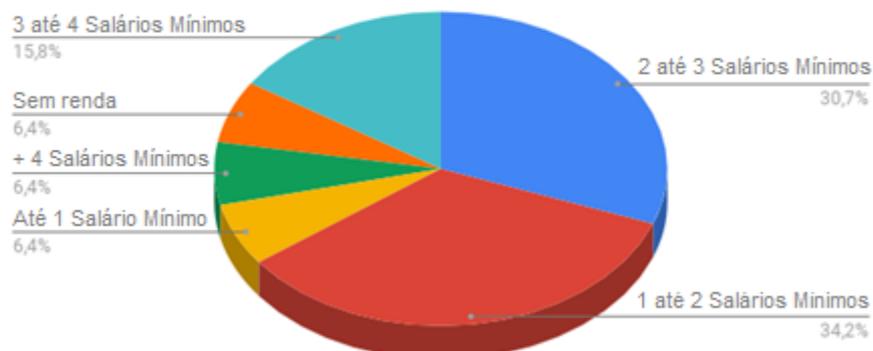
RENDA DO RESPONSÁVEL 1

Fonte: sistematização da autora (2019).

Repara-se que, no Colégio Nossa Senhora de Fátima, 28,8% possui de 1 até 2 salários mínimos; 21,5% possui de 2 até 3 salários mínimos; 17,6% possui de 3 até 4 salários mínimos; 17,1% possui mais de 4 salários mínimos; 9,8% possui até 1 salário mínimo e, 5,4 não possui renda.

Os dados demonstram que, a renda do responsável 01 do Colégio Nossa Senhora de Fátima, de certo modo, não possui muitas diferenças entre si, ficando, apenas a parcela de responsáveis que não possuem renda com a menor porcentagem do gráfico, e, tendo maioria dos responsáveis renda de 1 até 2 salários mínimos.

Gráfico 10- Renda do Responsável 01- Escola Nossa Senhora do Cenáculo

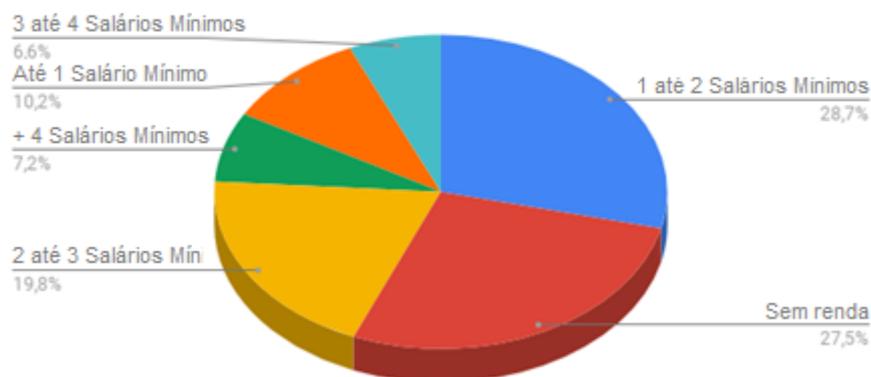
RENDA DO RESPONSÁVEL 1

Fonte: sistematização da autora (2019).

Percebe-se que, na Escola Nossa Senhora do Cenáculo, 34,2% possui de 1 até 2 salários mínimos; 30,7% possui de 2 até 3 salários mínimos; 15,8% possui de 3 até 4 salários mínimos e, 6,4% possuem mais de 4 salários mínimos, até 1 salário mínimo e não possuem renda.

Os dados indicam que, nas duas instituições a renda do responsável 01 tem o maior percentual para quem se matem de 1 a 2 salários mínimos, valendo ressaltar que, o Colégio Fátima possui as rendas dos responsáveis mais bem divididas do que a escola Cenáculo, onde, podem-se visualizar três grandes partes em que a fonte de renda fica entre um, dois e três salários mínimos.

Gráfico 11- Renda do Responsável 02- Colégio Nossa Senhora de Fátima

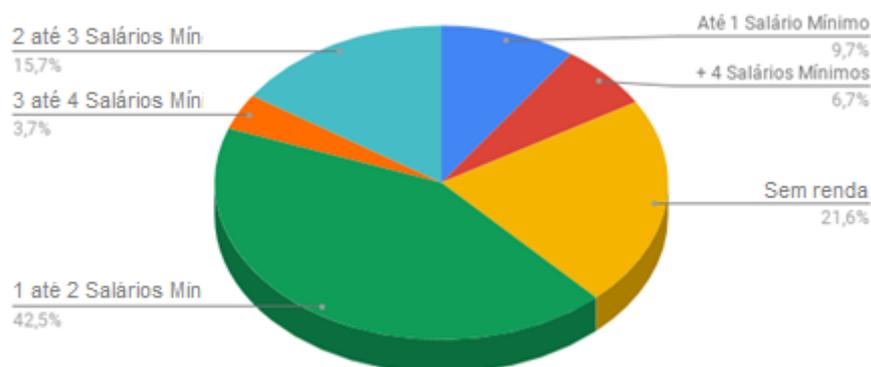
RENDAS RESPONSÁVEL 2

Fonte: sistematização da autora (2019).

Observa-se que, no Colégio Nossa Senhora de Fátima, 28,7% possui de 1 até 2 salários mínimos; 27,5% não possui renda; 19,8% possui de 2 até 3 salários mínimos; 10,2% possui até 1 salário mínimo; 7,2% possui mais de 4 salários mínimos e, 6,6% possui de 3 até 4 salários mínimos.

Os dados apontam que, no Colégio Nossa Senhora de Fátima, a renda do responsável 02, na sua maioria, localiza-se na margem entre 1 e 2 salários mínimos, sendo notável a quantidade de responsáveis deste grupo que não possui renda.

Gráfico 12- Renda do Responsável 02- - Escola Nossa Senhora do Cenáculo

RENDAS RESPONSÁVEL 2

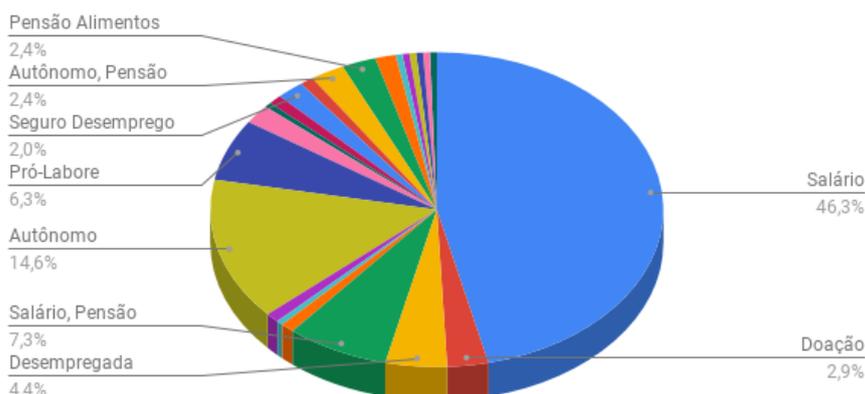
Fonte: sistematização da autora (2019).

Vê-se que, na Escola Nossa Senhora do Cenáculo, 42,5% possui de 1 até 2 salários mínimos; 21,6% não possui renda; 15,7% possui de 2 até 3 salários mínimos; 9,7% possui até 1 salário mínimo; 6,7% possui mais de 4 salários mínimos e, 3,7% possui de 3 até 4 salários mínimos.

Logo, os dados denotam que, quando comparadas às duas instituições nota-se uma pequena diferença, ao passo que, a quantidade de responsáveis 02 que vivem com um até dois salários mínimos é maior na escola Cenáculo. E, ao analisar os dados do responsável com renda maior que quatro salários mínimos, notamos uma equidade, visto que os percentuais são quase os mesmos para as duas instituições quando comparadas.

Gráfico 13- Fonte de Renda do Responsável 01- Colégio Nossa Senhora de Fátima

FONTE DE RENDA 1



Fonte: sistematização da autora (2019).

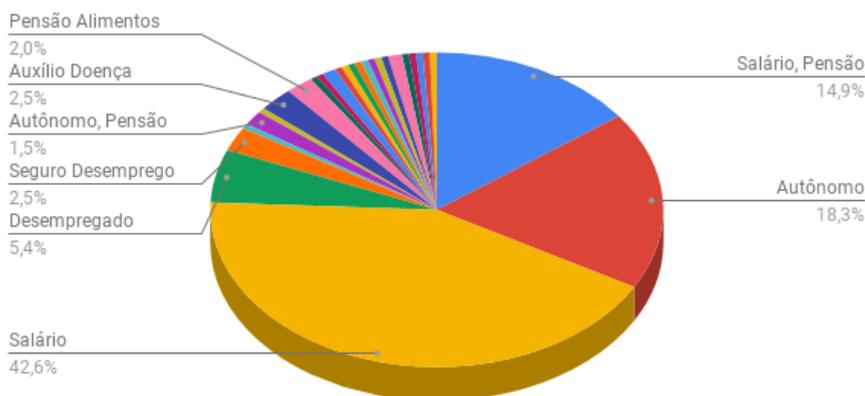
Percebe-se que, no Colégio Nossa Senhora de Fátima, 46,3% possuem como fonte de renda o salário; 14,6% são autônomos; 7,3% possuem salário e pensão; 6,3% possuem pró-labore; 4,4% são desempregados; 2,9% tem a doação como fonte de renda; 2,4% têm como fonte de renda pensão de alimentos e a mesma quantia é autônoma e recebe pensão de alimento e, 2,0% recebe seguro desemprego.

Declara-se, a partir dos dados que, nesta instituição, o salário é a principal fonte de renda dos responsáveis 01, sendo o restante autônomo, recebedores de pensão alimentícia, doação, seguro desemprego e pró-labore.

Valendo lembrar que, a parcela que se encontra desempregada ocupa 4,4% deste total.

Gráfico 14- Fonte de Renda do Responsável 01- Escola Nossa Senhora do Cenáculo

FONTE DE RENDA 1



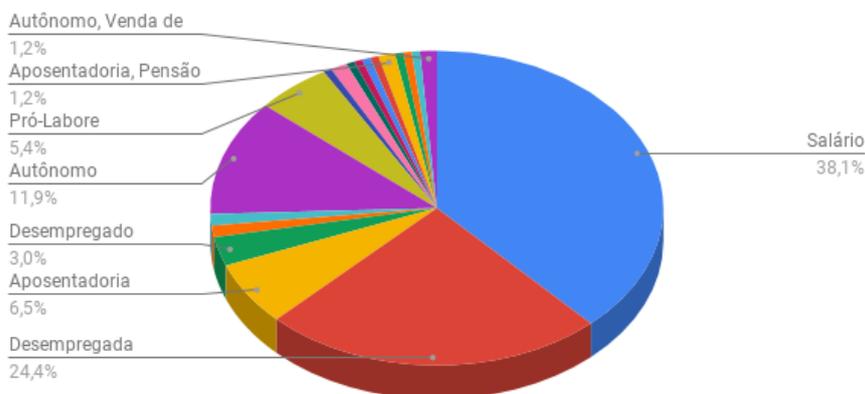
Fonte: sistematização da autora (2019).

Repara-se que, na Escola Nossa Senhora do Cenáculo, 42,6% tem como fonte de renda o salário; 18,3% é autônomo; 14,9% recebe salário e pensão de alimentos; 5,4% está desempregado; 2,5% recebe auxílio doença e a mesma quantia, seguro desemprego; 2,0% recebe apenas pensão de alimentos e, 1,5% recebe pensão de alimentos e trabalha como autônomo.

Os dados expõem que, nas duas instituições, a maior parte dos responsáveis 01, tem o salário como sua fonte de renda. O segundo maior percentual visa demonstrar os responsáveis autônomos, sendo comuns as duas instituições. O terceiro maior percentual é também comum às duas instituições, logo, podemos dizer que, quando comparadas possuem características paralelas.

Gráfico 15- Fonte de Renda do Responsável 02- Colégio Nossa Senhora de Fátima

FONTE DE RENDA 2



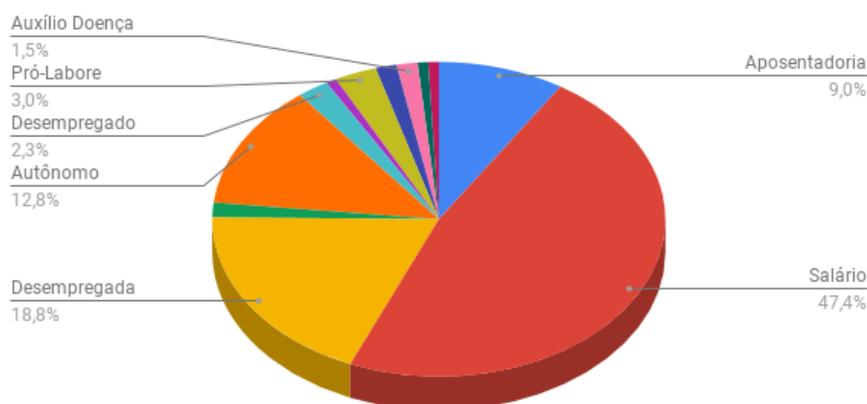
Fonte: sistematização da autora (2019).

Observa-se que, no Colégio Nossa Senhora de Fátima, 38,1% da fonte de renda do responsável 2 é proveniente do salário; 24,4% está desempregada (sendo estas, mulheres); 11,9% trabalha como autônomo; 6,5% vive da aposentadoria; 5,4% recebe pró-labore; 3,0% está desempregado (sendo estes, homens) e, 1,2% recebe aposentadoria e pensão e a mesma quantia é autônomo e mantém a renda com venda de imóvel.

Desvela-se, a partir destes dados que, o salário é a principal fonte de renda do responsável 02, no Colégio Nossa Senhora de Fátima. Sendo importante dizer que, tem-se 24,4%, do total de responsáveis tidos no levantamento, desempregadas (mulheres).

Gráfico 16- Fonte de Renda do Responsável 02- Escola Nossa Senhora do Cenáculo

FONTE DE RENDA 2



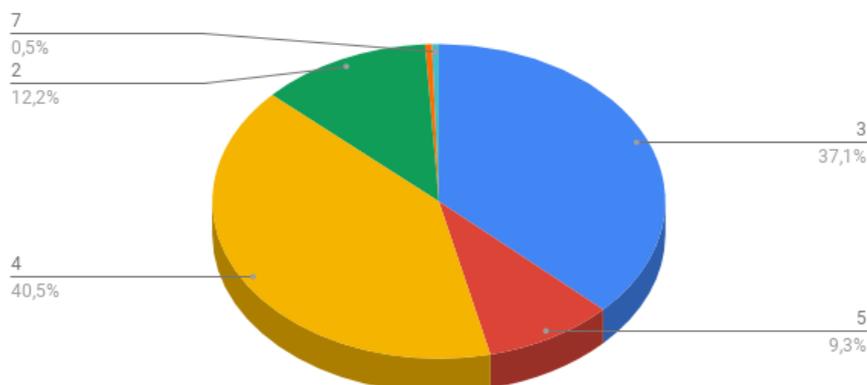
Fonte: sistematização da autora (2019).

Verifica-se, na Escola Nossa Senhora do Cenáculo, 47,4% possuem fonte de renda advinda do salário; 18,8% está desempregada (sendo estas mulheres); 12,8% é autônomo; 9,0% se mantém com aposentadoria; 3,0% com o pró-labore; 2,3% está desempregado (sendo estes, homens) e, 1,5% recebe auxílio doença.

Os dados indicam que, nesta ordem, os três maiores percentuais para definir a fonte de renda do responsável 02, são os mesmos para as duas instituições, sendo, salário, desempregada (neste caso, não temos fonte de renda expressa) e trabalho autônomo. Logo, nota-se, quando comparadas as duas instituições, um paralelo de fonte de renda, onde elas representam as mesmas condições.

Gráfico 17- Número de membros- Colégio Nossa Senhora de Fátima

Nº DE MEMBROS DA FAMÍLIA



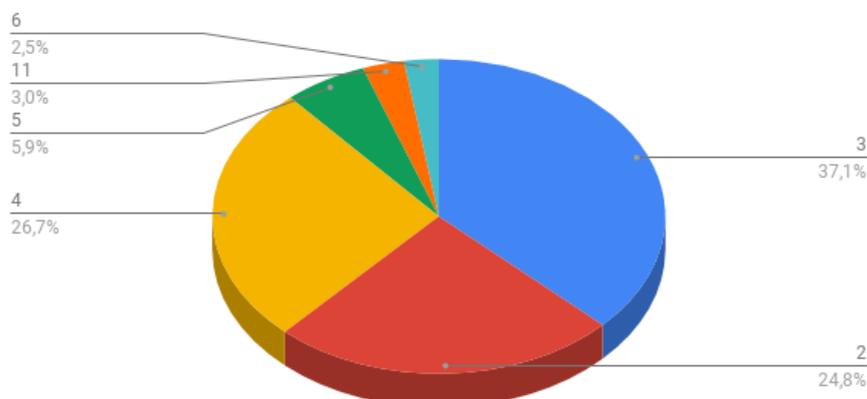
Fonte: sistematização da autora (2019).

Verifica-se que, no Colégio Nossa Senhora do Cenáculo, 40,5% possui 4 membros; 37,1% possui 3 membros; 12,2% possui 2 membros; 9,3% possui 5 membros e, 0,5% possui 7 membros.

Logo, os dados declaram que, a maioria dos grupos familiares de estudantes bolsistas, desta instituição, é composto por 4 pessoas, após isso, tem-se o grupo familiar de 3 e 2 pessoas, sendo, os grupos compostos por 5 e 7 pessoas, os menores do total usado no levantamento.

Gráfico 18- Número de membros- Escola Nossa Senhora do Cenáculo

Nº DE MEMBROS DA FAMÍLIA



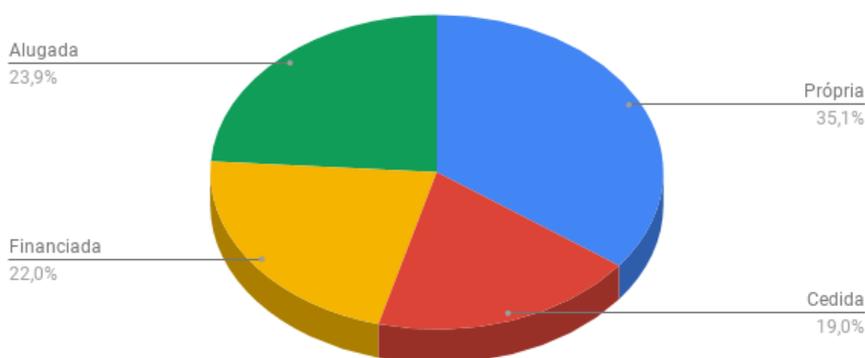
Fonte: sistematização da autora (2019).

Observa-se que, na Escola Nossa Senhora do cenáculo, 37,1% possui 3 membros; 26,7% possui 4 membros; 24,8% possui 2 membros; 5,9% possui 5 membros; 3,0% possui 11 membros e, 2,5% possui 6 membros.

Os dados demonstram que, a Escola Cenáculo possui três membros no grupo familiar de maior percentual, após isso, tem-se o grupo composto por 4 e 2 pessoas. Os menores percentuais ficaram direcionados aos grupos com mais membros.

Gráfico 19- Moradia- Colégio Nossa Senhora de Fátima

MORADIA

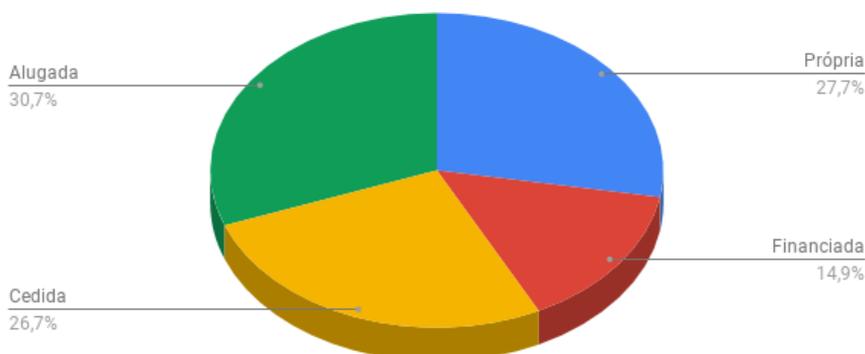


Fonte: sistematização da autora (2019).

Observa-se que, no Colégio Nossa Senhora de Fátima, 35,1% possui moradia própria; 23,9% possui moradia alugada; 22,0% possui moradia financiada e, 19,0% possui moradia cedida.

Os dados evidenciam que, nesta instituição, a maioria das moradias é própria, sendo, o restante, nesta ordem, alugada, financiada e cedida.

Gráfico 20- Moradia- Escola Nossa Senhora do Cenáculo

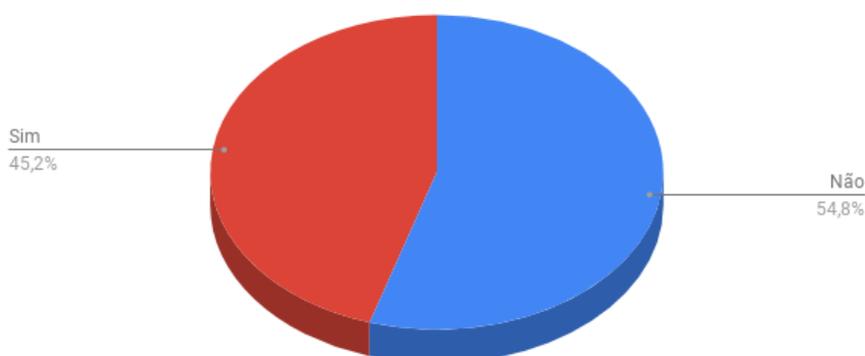
MORADIA

Fonte: sistematização da autora (2019).

Observa-se que, na Escola Nossa Senhora do Cenáculo, 30,7% possui moradia alugada; 27,7% possui moradia própria; 26,7% possui moradia cedida e, 14,9% possui moradia financiada.

Nesta instituição, os dados revelam que, a maioria das moradias é alugada, tendo, as moradias própria e cedida, percentuais paralelos, compondo a menor parte, as moradias financiadas.

Gráfico 21- Separados, com ou sem pensão- Colégio Nossa Senhora de Fátima

SEPARADOS (PENSÃO)

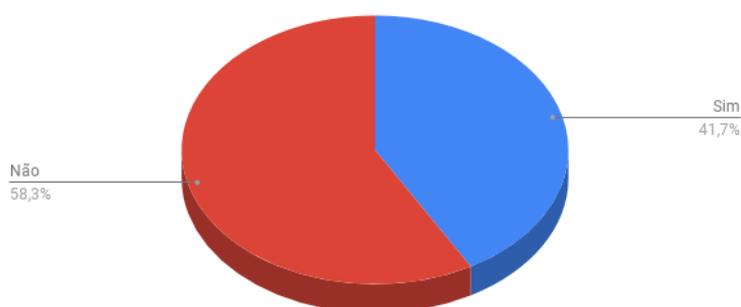
Fonte: sistematização da autora (2019).

Constata-se que, no Colégio Nossa Senhora de Fátima, 54,8% não recebem pensão e, 45,2% recebem pensão.

Os dados afirmam que, a maioria dos responsáveis que se encontram separados, não recebe pensão alimentícia ou qualquer outra forma de ajuda financeira.

Gráfico 22- Separados, com ou sem pensão- Escola Nossa Senhora do Cenáculo

SEPARADOS (PENSÃO)



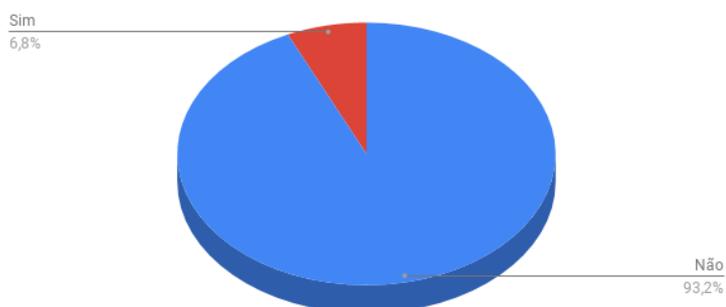
Fonte: sistematização da autora (2019).

Percebe-se que, na Escola Nossa Senhora do Cenáculo, 58,3% não recebem pensão e, 41,7% recebem pensão.

Constata-se, a partir dos dados, que, a maioria dos responsáveis, declarados separados, não recebe pensão alimentícia ou qualquer outro tipo de ajuda financeira, nesta instituição.

Gráfico 23- Doença Crônica- Colégio Nossa Senhora de Fátima

Doença Crônica



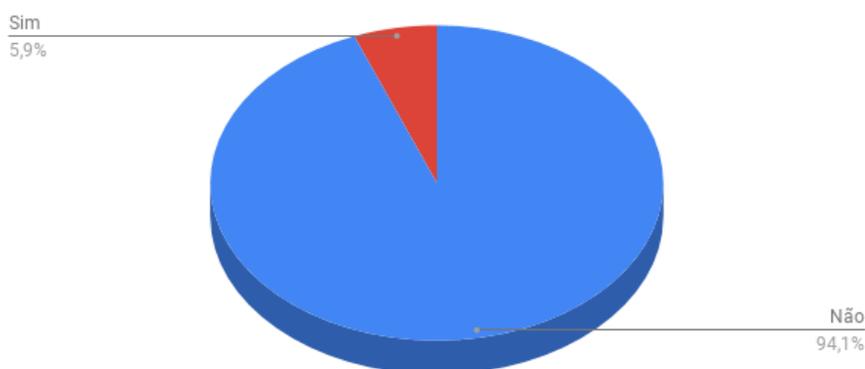
Fonte: sistematização da autora (2019).

Nota-se que, no Colégio Nossa Senhora de Fátima, 93,2% não possuem doença crônica e, 6,8% possuem.

Os dados demonstram que, uma pequena parcela de pessoas, que compõem o grupo familiar do estudante bolsista desta instituição, é portador de alguma doença crônica.

Gráfico 24- Doença Crônica- Escola Nossa Senhora do Cenáculo

Doença Crônica



Fonte: sistematização da autora (2019).

Observa-se que, na Escola Nossa Senhora do Cenáculo, 94,1% não possuem doença crônica e, 5,9% possuem.

Os dados apresentam um pequeno percentual relacionado a ocorrência de doença crônica no grupo familiar dos estudantes bolsistas desta instituição, evidenciando que, a maioria das famílias não é portadora de doença crônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho realizado a partir da experiência de estágio I e II, junto ao Colégio Nossa Senhora de Fátima, buscou-se, identificar a contribuição e importância da atuação do/a Assistente Social na área educacional e também, no levantamento de dados que delimitem o perfil dos estudantes bolsistas, neste caso, da Congregação do Apostolado Católico, formado pela Escola Nossa Senhora do Cenáculo, localizada em Porto Alegre, e do Colégio Nossa Senhora de Fátima, situado em Santa Maria.

A parte introdutória, composta pelo primeiro capítulo, foi responsável por demonstrar as motivações para que este trabalho fosse desenvolvido. O segundo capítulo refletiu sobre as origens do Serviço Social, onde foi possível conceituar questão social como sendo objeto de trabalho do assistente social e suas múltiplas expressões na sociedade capitalista. Além disso, trouxe informações referentes as possibilidades e desafios que o Serviço Social enfrenta nos seus processos de trabalho.

O terceiro capítulo trouxe reflexões sobre o Serviço Social na educação. Para isso, apresentou-se um breve contexto histórico da educação, expondo alguns detalhes de seu percurso e desenvolvimento no país. Foi preciso buscar o significado de educação e defini-la como uma política social. O capítulo também abordou quais as demandas encontradas na área educacional, assim como, as possíveis estratégias, projetos e mediações a serem realizadas pelo/a assistente social enquanto profissional da educação, que busca entender, atuar e transformar a realidade social dos indivíduos envolvidos neste contexto da sociedade.

Já, o quarto capítulo tratou de caracterizar as instituições que forma a Congregação do Apostolado Católico, sendo a Escola Nossa Senhora do Cenáculo e o Colégio Nossa Senhora de Fátima, campo de realização de estágio. A caracterização foi responsável por expor os aspectos de cada instituição, ou seja, quais são os valores que cada uma detém enquanto instituição de ensino preocupada em formar indivíduos preparados para inserção no mercado de trabalho e sociedade.

Abordou as dimensões que fundamentam a intervenção do assistente social, sendo, a dimensão técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-

política. Apresentou também, o conjunto de instrumentos utilizados durante o processo de estágio, que compõem em especial a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, dentre eles, visita domiciliar; observação; entrevista; elaboração de pareceres e relatórios.

Por fim, apresentou-se o perfil socioeconômico dos estudantes bolsistas das duas instituições, elaborado através do levantamento de dados, onde foi possível observar que os estudantes bolsistas possuem, dentre os vários aspectos abordados, perfis socioeconômicos parecidos entre si, tornando possível, a partir de então, a elaboração de novas estratégias e ações que visem a fundamentar a atuação dos/as assistentes sociais nas duas instituições.

Logo, este trabalho, elaborado por 04 capítulos, juntamente com a experiência do estágio trouxe conhecimentos e transformações, enquanto futura assistente social. Foi capaz de reunir conceitos e reflexões de diversos autores e autoras do Serviço Social, sendo de extrema importância citar e concordar com a proposição de Yamamoto (2005) onde afirma que, o profissional deve ser um sujeito propositivo, que busca junto as instituições ser um sujeito em constante transformação e crescimento.

Um sujeito crítico e interventivo, que estará disposto a atuar no conjunto de desigualdades originárias dos processos de produção, existentes na sociedade. Tendo como objetivo, alicerçado pelas dimensões que fundamentam seus processos de trabalho, contribuir para a construção e transformação de uma sociedade menos desigual, garantindo os direitos e buscando a autonomia dos sujeitos desamparados socialmente.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. Q. *A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira*. Campinas: Papel Social, 2015.
- BRASIL ESCOLA. *A escola através dos tempos: análise do processo histórico brasileiro de educação*. 2019. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-escola-atraves-dos-tempos.htm>> Acesso em: 10 de out. de 2019.
- CONGRESSO EM FOCO. *Educação, o caminho para o combate à violência*. Brasília. 2017. Disponível em:<<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/educacao-o-caminho-para-o-combate-a-violencia/>> Acesso em: 10 de set. de 2019.
- ÉPOCA. *Violência atinge 42% dos alunos na rede pública*. 2016. Disponível em:<epoca.globo.com/vida/noticia/2016/03/violencia-atinge-42-dos-alunos-da-rede-publica.html> Acesso em: 09 de out. de 2019.
- FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. *Serv. Soc. Soc.*. 2010, n.101, pp.40-64. ISSN 0101-6628. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000100004>>. Acesso em: 29 setembro 2019.
- GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social*. Palestra proferida ministrada no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, BH, maio, 2007, promovido pelo CRESS- 6º. Reg. São Paulo: Cortez, 1995.
- IAMAMOTO, M. V. *O serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3 ed. São Paulo, Cortez: 2000.
- IAMAMOTO, M. V. *O serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 9 ed. São Paulo, Cortez: 2005.
- IRIS, L. S. Serviço Social e Educação: uma questão em debate. V. 2 n. 1 2005. *Revista Interface*. Disponível em: <<https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php>> Acesso em: 25 set. 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Rio de Janeiro. Disponível em:< [https:// www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html](https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html)> Acesso em: 14 de dez. de 2019.
- MAGALHÃES, S. M. *Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres*. São Paulo: Veras Editora, Lisboa: CPIHTS, 2003.
- MARCOMIM, Ivana; MACIEL, W. L. S. *Instrumental técnico-operativo do serviço social: livro didático*. Palhoça: UnisulVirtual, 2016.
- MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: Identidade e alienação*. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTEIRO, A. R. *História da educação: do antigo “direito de educação” ao novo “direito à educação”*. São Paulo: Cortez, 2006.

NOVA ESCOLA. *Brasil lidera índice de violência contra professores. O que podemos fazer?* São Paulo. 2019. Disponível em: <novaescola.org.br/conteúdo/17609/brasil-lidera-indice-de-violencia-contra-professores-o-que-podemos-fazer> Acesso em: 15 de set. de 2019.

OLIVEIRA, Helena. *Direitos negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil*. 2 ed. Brasília, DF: UNICEF, 2006.

PENSAR A EDUCAÇÃO EM PAUTA. *O contexto histórico da Educação no Brasil e alienação atual*. Belo Horizonte. 2017. Disponível em:<<https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/o-contexto-historico-da-educacao-no-brasil-e-a-alienacao-atual-exclusivo/>> Acesso em: 12 de out. de 2019.

PEREIRA, L. D. *Educação e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional*. Prefácio de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Xamã, 2008.

PORTES, L. F.; PORTES, M. F. *A observação e a abordagem no exercício profissional: revisitando a dimensão técnico-operativa no Serviço Social*. Cadernos da Escola de Educação e Humanidade. 2011.

PRATES, J.C. *A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana*. Textos & Contextos. Porto Alegre. nº 2, ano II, dez.2003.

SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE. *Serviço Social e Educação: Olhares que se entrecruzam*. São Paulo. v 18, n. 2, 2009. Disponível em:<<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/136/187>> Acesso em: 12 de out. de 2019.

RECANTO DAS LETRAS. *Estudo sobre aulas régias no Brasil imperial*. Santo Antônio da Patrulha, RS. 2019. Disponível em:<www.recantodasletras.com.br/ensaios/6561052> Acesso em: 02 de out. de 2019.

TONET, Ivo. *Educação contra o capital*. 3 ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

WEB ARTIGOS. *Os instrumentais técnico-operativos na prática profissional do serviço social*. 2010. Disponível em: <www.webartigos.com/artigos/os-instrumentais-tecnico-operativos-na-pratica-profissional-do-servico-social/36921> Acesso em: 01 de set. de 2019.

ZIONI, Fabiola. *Exclusão social: noção ou conceito?* Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 15, n. 3, set/dez, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-2902006000300003>> Acesso em: 10 de out. de 2019.

BRASIL. *Código de Ética do Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.